MOVIMENTO 25 de Abril

boletim informativo DAS FORÇAS ARMADAS

Direcção: COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA DO M.F.A.

N.º 22 — 24 JUNHO 1975 | Preço 2$50 | 5.ª DIV. / EMGFA Rua Cova da Moura, n.º 1 | DISTRIBUIDO POR "O SÉCULO" | FOTOCOMPOSTO E IMPRESSO NO INSTITUTO HIDROGRÁFICO — RUA DAS TRINAS, 49 — LISBOA

O SIGNIFICADO DA INDEPENDÊNCIA

Em 25 de Junho de 1975, Moçambique será total e completamente independente. O décimo terceiro aniversário da FRELIMO ficará assinalado na história da revolução mundial como um marco da maior importância, pela exemplaridade de luta e pela transformação das relações entre Portugal e Moçambique.

Ao longo dos anos de dominação colonial portuguesa, particularmente a partir da "pacificação" de fins do século passado e que se prolongou pela I República, as diversas tribos e etnias das variadíssimas regiões do vasto território de Moçambique desenvolveram laços de solidariedade e de combate contra o elemento que em conjunto os oprimia.

Na vaga de libertação que caracterizou o pós-guerra em Africa, despertaram para um projecto de independência os elementos mais avançados e os mais conscientes do povo moçambicano, que organizaram diversos movimentos que se instalaram mormente nos países limítrofes, influenciados por diversas concepções de libertação africanas.

A criação da FRELIMO representa a união dessas organizações numa frente única e é um passo decisivo para a unidade nacional indispensável para desencadear o processo revolucionário anticolonialista, para a aplicação do programa da insurreição armada dos moçambicanos.

Cada ano que passou foi um avanço na construção do espírito nacional, da unidade que por todos os meios o colonialismo tentou quebrar. A data do 25 de Junho é, pois, e sempre a data do nascimento duma nova nação, criada da guerra, gerada das cinzas do colonialismo.

UM PASSO EM FRENTE

A luta prolongada, os inúmeros sacrifícios, todos os factores contribuíram para dar à FRELIMO uma clara apreciação do valor da independência e da liberdade alcançadas, que urge consolidar com base no regime democrático-popular que se propõe para Moçambique nesta etapa, e defender contra a cobiça das superpotências e dos grandes grupos económicos.

A consciência política adquirida permite realizar um programa de reconstrução nacional e o estabelecimento duma linha progressista a todos os níveis, com um dinamismo e uma potencialidade revolucionárias próprias de quem suportou uma dura e sangrenta guerra. Moçambique constitui um foco revolucionário, um estímulo extraordinário para os povos vizinhos que ainda lutam pela conquista do seu direito à independência.

Conjuntamente com o acesso à independência das ex-colónias portuguesas surgem as brilhantes vitórias do Vietnam, Cambodja e Laos, que se unem numa forte corrente revolucionária, cujo avanço é a garantia de que o resultado final da luta mundial será a vitória completa do socialismo.

A FRELIMO E O MFA

O processo da guerra colonial foi um factor decisivo para a tomada de consciência antifascista que se verificou nomeadamente no seio das Forças Armadas. Segundo Samora Machel "esses oficiais que deram o golpe em Portugal foram preparados pela guerra em Angola, na Guiné e em Moçambique. E é assim que nós respeitamos o 25 de Abril, porque eles tomaram consciência durante a guerra. Primeiro tomaram consciência de que tinham sido engajados numa guerra que era injusta e, em segundo lugar, que não se pode destruir a vontade e a determinação de um Povo. A luta feita por um Povo, a guerra popular, é uma guerra invencível. Pode durar vinte, cinquenta, cem anos, essa guerra vai triunfar. Ganharam essa consciência os oficiais portugueses. Portanto o 25 de Abril não foi quem decidiu a nossa vitória. Foi uma contribuição para essa vitória".

Determinante para o derrubamento do colonial-fascismo foi a incansável luta do povo moçambicano, que contribuiu muito para o agravamento da crise económica e política do regime de Caetano, e para o seu crescente isolamento internacional.

PORTUGAL-MOÇAMBIQUE: RELAÇÕES EXEMPLARES

As relações entre a FRELIMO e o MFA, ao longo do processo de descolonização e principalmente, na ocasião do Acordo de Lusaka, em que Portugal reconhece a legitimidade das aspirações do povo moçambicano, deram origem a uma nova era nas relações entre os dois povos e marcam um reencontro histórico, com profundas consequências.

Existem possibilidades excepcionais de criar entre Portugal e Moçambique relações exemplares, baseadas na justiça, no respeito mútuo e na igualdade, capazes de influenciar as relações entre os países industrialmente mais avançados e os países em vias de desenvolvimento.

Entre os factores que determinam esta situação encontra-se, em primeiro lugar, a fraqueza relativa da economia portuguesa, cujas forças produtivas

(Cont. na pág. 2)

A HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO

"Viva a FRELIMO. Viva o Povo moçambicano, unido do Rovuma ao Maputo. Viva a luta armada revolucionária de libertação nacional. Viva o Comité Central da FRELIMO. Viva a luta contra o colonialismo. Viva a luta internacionalista dos Povos oprimidos. Viva a revolução mundial. A luta continua. Independência ou Morte venceremos! Abaixo o colonialismo! Abaixo a repressão! Abaixo a humilhação! Abaixo a discriminação racial! Abaixo a desigualdade entre os homens.

A nossa história foi descrita na mensagem que aqui foi lida por um companheiro de luta. A nossa história, (o nosso passado), foi aqui relatada pelo camarada Raimundo, que é actualmente governador da província de Cabo Delgado, representante legítimo da vitória do Povo moçambicano.

A História do povo moçambicano é história que faz parte integrante da História da Humanidade. E a história do povo moçambicano, digamos em resumo, a história do continente africano, é uma história integrante de todos os povos, de todos os continentes. É a história da colonização, a história da humilhação, a história da ocupação por outro país estrangeiro.

A INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL

Portugal também foi uma colónia. Para nascer, Portugal nasceu das guerras. Mas quiseram moldar a história. Quiseram impedir o desenvolvimento natural da história da humanidade. Depois de se criar Portugal houve ocupação. Portugal foi ocupado pelos espanhóis e os portugueses pegaram em armas e lutaram contra essa ocupação estrangeira. Como sabem os espanhóis governaram Portugal sessenta anos.

Portanto, o povo português sabe o valor e a importância da liberdade. Quando foram ocupados, quando foram dominados pelos espanhóis os portugueses decidiram pegar em armas e lutar contra os invasores. Lutaram, morreram, e finalmente venceram. Reconquistaram, enfim a liberdade. Portugal ficou independente, Estado soberano.

A DOMINAÇÃO COLONIAL

Mas nunca pensaram que também eram colonialistas, ao mesmo tempo, isto é, que também oprimiam outros povos. Nunca pensaram que dominavam, exploravam e assassinavam outros povos. E quando eles lutavam tinham o apoio de toda a humanidade, de todo o mundo, de todos os continentes homens de todas as raças. Os portugueses tiveram esse apoio, porque a sua guerra era uma guerra justa. Guerra de libertação, para libertar Portugal e libertar o povo português, mas, ao mesmo tempo colonizavam algumas partes da África, dominavam e exploravam algumas partes do continente africano.

Por isso digo: a história da colonização, a história do povo moçambicano faz parte da história do resto do mundo, porque a colonização não tem nada a ver com raças. No continente europeu, colonizaram-se entre eles. Travaram guerras entre eles, lá. O povo português nasceu da guerra. Quase todas as nações nasceram depois de uma guerra dura, guerra prolongada contra os ocupantes. Quase todas as nações, na Asia, na Europa, na América, em toda a parte.

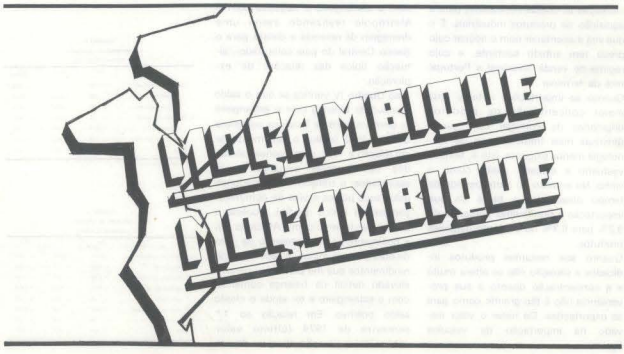
Mas os mesmos que libertaram através da guerra condenavam a nossa guerra. Os mesmos que apoiavam Portugal, os mesmos que no momento em que Portugal travava a guerra contra a Espanha, ajudavam Portugal e consideravam a guerra portuguesa contra a Espanha uma guerra justa. A injustiça humana. A injustiça dos homens. Compreendem?

(O povo respondeu que sim).

Ainda não. Um grupo compreende. São poucos os que estão a compreender isto. São poucos. Vou mudar para a vossa situação.

Durante quinhentos anos, cinco séculos, da colonização portuguesa aqui em Moçambique, foi impedido o desenvolvimento do Povo moçambicano. São quinhentos anos regados de sangue. Quinhentos anos de escravatura. Quinhentos anos de assassinatos e de massacres. Quinhentos anos de venda de gente para toda a parte do Mundo. Quinhentos anos de humilhação. Quinhentos anos de discriminação racial. Quinhentos anos de quererem provar que a raça branca era superior à raça preta. Que o preto, o africano era de raça inferior. Quinhentos anos de sermos moleques e criados. Quinhentos anos de violação contra a nossa gente. Quinhentos anos de desrespeito, quinhentos anos de animais de transporte. Quinhentos anos de palmatória. Quinhentos anos de trabalhos forçados. Quinhentos anos de transportar o administrador na machila".

Extractos do discurso de Samora Machel em Montepuez.



A COLÓNIA PORTUGUESA EM MOÇAMBIQUE

O número de europeus em Moçambique era calculado em cerca de 200 mil pessoas. A grande maioria dos originários de Portugal concentra-se nas regiões das grandes cidades.

A actividade da população branca em Moçambique, centra-se fundamentalmente nos serviços, funcionalismo público, técnicos, etc.

Nos primeiros meses posteriores ao 25 de Abril, a falta de clareza no processo de descolonização, resultante das indecisões e contradições então existentes no seio do MFA e do Governo Provisório, permitiram às forças reaccionárias em Moçambique recuperar terreno tentando reverter a situação a seu favor.

As próprias Forças Armadas Portuguesas em Moçambique, atravessam nos primeiros meses um período de crise, a que a influência das forças reaccionárias não foi estranha.

Ao nível da esmagadora maioria da população branca notava-se no entanto confiança no evoluir da situação. Os europeus iam tomando contacto com a linha da FRELIMO e muitos dos tabús incutidos pela propaganda fascista foram desfeitos. Pode-se mesmo afirmar que apesar das manobras de alguns movimentos fantoches, apressadamente criados, e com pouca implantação, mesmo nos sectores que seriam as suas naturais bases de apoio, a vida em Moçambique decorreu mais ou menos normalmente.

Em Setembro o desespero das forças colonialistas, perante a assinatura dos acordos de Lusaka, levou à aventura do grupo de reaccionários que ocupou o Rádio Clube de Moçambique, criando pela primeira vez em Lourenço Marques um ambiente de guerra, tentando-lhe dar-lhe um carácter de guerra racista.

Os acontecimentos de Setembro, provocaram no seio de uma grande parte da população europeia (até então indecisa e confusa, mas no entanto calma e ganhando confiança no processo) uma situação de pânico.

A chegada do Alto-Comissário, a entrada dos militares da FRELIMO, nas cidades, o saneamento então efectuado nas Forças Armadas Portuguesas, foram factores que vieram a provocar a clarificação da situação e restabelecer a ordem necessária ao desenrolar do processo de descolonização, ordem essa que, no entanto, viria ainda a ser episodicamente alterada em Outubro com consequências sangrentas.

Desde então a vida em Moçambique, tem decorrido normalmente, tendo-se no entanto registado o abandono do território por parte de um número significativo de portugueses.

Como é do conhecimento geral, e é referido noutros artigos deste boletim, a posição da FRELIMO em relação aos europeus residentes e naturais de Moçambique assim como ao povo português em geral, é clara e não é recente. A FRELIMO sempre se afirmou como movimento não racista, não praticando discriminação no recrutamento dos seus quadros. Depois do 25 de Abril aderiram à FRELIMO um número significativo de moçambicanos e europeus brancos que neste momento estão entusiasticamente empenhados na construção do Novo País. No próprio Governo de Transição e em cargos de grande responsabilidade do aparelho de Estado estão em funções numerosos europeus.

A questão, ao contrário do que as forças reaccionárias tentam em vão levantar (nomeadamente alguns colonialistas que se refugiaram em Portugal) não se coloca entre brancos e pretos, mas sim entre pessoas que tanto em Moçambique como em Portugal estão ao lado dos interesses do povo no processo revolucionário e aqueles que tendo perdido os seus privilégios, tentam contrariar a evolução dos acontecimentos.

Ainda recentemente, Samora Machel, ao referir-se aos que tinham abandonado Moçambique, informava que grande número pretendia deslocar-se para países em que vigoravam regimes não democráticos e que "os que deixam Moçambique para ir para Portugal, pelo motivo do Povo aqui dispôr do poder, não terão mais sorte lá porque o Povo também lá se apossou do Poder".

O Povo Português deve estar vigilante em relação à actuação de alguns elementos regressados das colónias, que vêm para Portugal com a intenção de engrossar as fileiras das forças reaccionárias. Alguns desses elementos lançam calúnias contra o MFA e Movimentos de Libertação alterando e deformando os acontecimentos que se passaram nas colónias.

É claro que não podemos colocar todos os regressados e desalojados das colónias, no mesmo plano; muitas pessoas principalmente as regressadas ultimamente de Angola têm fortes e justificadas razões para a atitude que tomaram e devemos encarar com realidade a sua situação.

O Povo Português tem de "distinguir o trigo do joio" e dar o seu apoio e solidariedade aos portugueses agora regressados pois na maioria são vítimas do sistema colonial-fascista. Em todos os processos de descolonização se torna inevitável a existência de deslocados, é nossa obrigação esforçarmo-nos por os integrar no processo revolucionário e evitarmos actuações que os coloquem do lado da contra-revolução.

Em Moçambique a FRELIMO, tem garantido e garantirá a segurança e apoio a todos aqueles que, ao ficarem, se integrem no grandioso processo de construção do novo País.

Os recentes acordos, entre o Governo Português e a FRELIMO, sobre os funcionários públicos, é considerado por observadores internacionais, como exemplar, pelos direitos e garantias que são dados aos indivíduos que pretendam continuar em Moçambique.

Este acordo é mais uma prova prática da política da FRELIMO que nunca confundiu o Povo Português com o sistema colonial-fascista que o oprimia.

NOTA DA REDACÇÃO

A Independência de Moçambique vai ser formalmente declarada, conforme os Acordos de Lusaka, em 25 de Junho de 1975.

Constituindo, para o Povo de Moçambique, o fim, necessário e correcto, de uma luta, longa de anos, pela Independência, representa, para o Povo Português, um passo muito firme dado na sua Revolução, na sua luta contra um regime opressor. Representa ainda, para os dois Povos, mais uma vitória nas lutas que travam contra a exploração do homem pelo homem.

Ao elaborarmos este número do Boletim pretendemos apresentar, não só alguns dos aspectos mais importantes de que se revestiu a luta do Povo Moçambicano pela Independência (no campo político, económico, educacional), mas igualmente, documentos de estudo de uma prática correcta de Libertação Nacional baseada numa Unidade Nacional profundamente vivida, numa Ideologia criticamente defendida, numa Disciplina firmemente aceite e revolucionariamente praticada, em suma, baseada nas acções práticas das massas trabalhadoras conscientemente organizadas.

O processo de Descolonização português está, muito concretamente, interligado com a Democratização e Desenvolvimento do País, isto é, com a nossa própria Independência Nacional, revolucionariamente assumida.

Tal Revolução, tendo necessariamente o seu carácter próprio, terá de retirar, da análise da prática revolucionária de outros povos, conclusões a aplicar nas condições objectivas em que se processa. É da análise correcta da Revolução Moçambicana — que exerceu já tão forte influência no processo revolucionário português — resultará, sempre, o estreitamento dos laços fraternais de dois Povos que lutam contra o colonialismo, o neocolonialismo e o imperialismo.

SIGNIFICADO DA INDEPENDÊNCIA

(Cont. da pág. 1)

não se desenvolveram o suficiente para assegurarem, como certas grandes potências, uma dominação neocolonialista. Além disso, o poder político em Portugal não está enfeudado a nenhuma das grandes potências, que o poderiam utilizar como ponte para a penetração, segundo os já gastos esquemas neocolonialistas, nos novos países independentes.

Para a construção duma economia nacional independente, face às superpotências e aos blocos constituídos, Portugal e Moçambique têm um largo campo de cooperação no sector económico, político, tecnológico, cultural, social. Os países em vias de desenvolvimento necessitam desenvolver a sua indústria e, para isso, recorrem aos países industrializados, que lhes fazem pagar caro a sua colaboração, tanto económica como politicamente. Portugal, integrado na Europa, poderá servir de intermediário correcto entre estes dois elementos, nomeadamente entre a Europa e a África, na perspectiva de lançar as bases não dum novo sistema colonial, que os países em vias de desenvolvimento neste momento já podem impedir, utilizando, por exemplo, a arma das matérias-primas, mas de uma nova ordem económica mundial.

É este o contributo para a independência real das nações e para a paz mundial que Portugal e Moçambique podem dar, através da exemplaridade das suas relações, forjadas na luta pela conquista da independência, consolidadas pela amizade de dois povos irmãos.

A ECONOMIA DE MOÇAMBIQUE

(Cont. da pág. 14)

externo, que a FRELIMO terá de efectuar no sentido de uma maior diversificação dos mercados e de dar prioridade aos produtos sujeitos a menor flutuação de preços, a fim de conseguir as divisas necessárias para a aquisição de produtos industriais. É o que virá a acontecer com o açúcar cujo preço tem subido bastante, e cujo regime de venda favorável a Portugal terá de terminar.

Quanto às importações nota-se uma maior concentração de produtos originários de Portugal com características mais tradicionais e de tecnologia menos exigente, isto é, têxtéis, vestuário e calçado assim como o vinho. No entanto no curto período de tempo observado, a baixa da sua importação é significativa passando de 9,2% para 6,3% no conjunto daqueles produtos.

Quanto aos restantes produtos indicados a situação não se altera muito e a concentração quanto à sua proveniência não é tão grande como para as exportações. De notar o valor elevado na importação de veículos ligeiros.

BALANÇA DE PAGAMENTOS

A Balança de Pagamentos é também característica das dos países dependentes e numa análise retrospectiva notar-se-ia que normalmente é positiva com o estrangeiro e negativa com a Metrópole realizando assim uma drenagem de reservas e divisas para o Banco Central do país colonizador, situação típica das relações de exploração.

Pelo Quadro IV verifica-se que o saldo positivo da balança com o estrangeiro se deve à rubrica de invisíveis correntes que em 1973 triplica o seu montante em relação a 1972, como consequência dos três factores seguintes e já assinalados: o trânsito de mercadorias pelos seus portos e vias de comunicação para a África do Sul, Rodésia e Zâmbia, ao turismo com a África do Sul e finalmente ao recrutamento da mão de obra para as minas. É esta fonte de rendimentos que lhe permite superar o elevado deficit da balança comercial com o estrangeiro e ter ainda o citado saldo positivo. Em relação ao 1.º semestre de 1974 (último valor conhecido) a situação altera-se devido ao elevado deficit comercial já então existente a meio do ano. Quanto às operações de capital a saída de capitais é superior às entradas. Esta é outra das características da dependência: a partir de certa altura as amortizações de empréstimos e saída de lucros são superiores à entrada de capitais originando a sua escassez e a necessidade de contrair novos empréstimos agravando a dependência política que daí resulta.

QUADRO IV
Moçambique — Estrangeiro
(Milhares de contos)

	1972	1973	1974 1.º semestre
1. Transacções correntes	+ 624	+ 662	— 355
Mercadorias	— 940	— 2669	— 2141
Invisíveis correntes	+ 1564	+ 3327	+ 1776
2. Operações de capital	— 135	— 543	— 476
curto prazo	+ 9	+ 459	+ 160
médio e longo prazo	— 144	— 952	— 636
3. Saldo	+ 489	+ 119	— 831

Banco de Portugal

QUADRO V
Moçambique — Portugal
(Milhares de contos)

	1972	1973	1974
1. Transacções correntes	— 3432	— 1360	— 484
Mercadorias	— 7250	— 969	— 290
Invisíveis correntes	— 1182	— 391	— 194
2. Operações de capital	+ 1766	+ 960	+ 1414
curto prazo	— 35	— 140	+ 99
médio e longo prazo	+ 1802	+ 700	+ 1388
3. Erros e omissões	— 38	+ 80	+ 91
4. Saldo	— 704	— 720	— 1051

Banco de Portugal

No quadro V podemos ver que o saldo negativo com a Metrópole é superior ao positivo com o estrangeiro, excluindo o ano de 1974 que é fruto de uma situação excepcional devido a um aumento dos valores liquidados da rubrica de "mercadorias" e por outro lado ao elevado montante de capitais emprestados ou transferidos para a colónia pelo sector público. Aliás a balança nos últimos anos está um pouco falseada. A necessidade da resolução do problema dos "atrasados" originou sucessivos empréstimos para liquidação das dívidas acumuladas existentes.

AS TAREFAS DO FUTURO

Na hora da independência, conquistada pelo povo à custa de grandes sacrifícios, a herança económica é como vimos bastante pesada. Mas também aí, será uma nova vitória que o povo, dirigido pela sua vanguarda revolucionária que é a FRELIMO, irá obter. O povo quando alcança o poder político é uma força invencível que se mobiliza e movimenta para alcançar os objectivos a que se propôs, um dos quais e imediato é a necessidade absoluta de aumentar a produção de bens para combater a miséria e a fome.

Na sua mensagem ao povo moçambicano por altura da tomada de posse do Governo de Transição após os acordos de Lusaka, Samora Machel analisava da seguinte forma a difícil situação: "Face à situação económica e financeira presente, caracterizada por um deficit da balança de pagamentos e por um rápido aumento de custo de vida em especial de bens essenciais, a nossa estratégia económica deverá basear-se no princípio de contarmos com as nossas próprias forças, com acento nas seguintes palavras de ordem austeridade e trabalho".

Os benefícios do desenvolvimento económico devem voltar-se para a satisfação das necessidades sociais pondo fim à subjugação efectuada pela dominação estrangeira. Nesse sentido se decide atacar frontalmente os principais problemas do povo: a fome, a doença, o alojamento e o analfabetismo. Essa vai ser a principal tarefa a realizar. E na medida em que foi no campo que o povo mais sofreu com a guerra e a fome é mais marcada, diz, na mesma mensagem, Samora Machel que: "É para o campo pois que se dirigirá o essencial do nosso esforço a fim de melhorar as condições de vida das massas. Devemos dar prioridade ao desenvolvimento da nossa agricultura, da pecuária, ao melhor aproveitamento dos nossos recursos do subsolo. A agricultura será pois a base do nosso desenvolvimento e a indústria o seu factor dinamizador. O desenvolvimento industrial deve assentar na transformação dos nossos recursos naturais, o que permitirá diversificar e valorizar as nossas exportações."

OS PRIMEIROS PASSOS

25 de Junho de 1962 — Três organizações nacionalistas moçambicanas unem-se e formam a FRELIMO, Frente de Libertação de Moçambique. Com a criação da FRELIMO, os nacionalistas moçambicanos formularam uma nova definição das suas tarefas, a nível nacional. A realização dessas tarefas criou órgãos de acção e métodos de trabalho de um novo tipo, completamente diferentes do das organizações precedentes, e abre uma nova fase na história da luta pela independência de Moçambique, criando as condições para a sua conquista.

... "As três organizações que se reuniram para constituir a FRELIMO (UDENAMO — MANU — UNAMI), revelavam as mesmas fraquezas que eram devidas a uma origem e tradição semelhantes.
Em primeiro lugar, eram formadas, tanto ao nível da direcção como ao da base, por trabalhadores emigrados, refugiados desde há muito nos países limítrofes — assim, o MANU operava na Tanzania, reagrupando em particular elementos originários das províncias setentrionais do Niassa, Cabo Delgado e que trabalhavam, na sua maioria, nas plantações de sisal dos colonos ingleses. A principal actividade desta organização consistia em organizar reuniões destes trabalhadores, distribuir-lhes cartões de membros e fazer colectas. Não se oferecia, porém, aos membros uma perspectiva de trabalho no interior de Moçambique, à parte a distribuição de cartões de membros que se fazia na província de Cabo Delgado.
Acontecia o mesmo com a UDENAMO, que reagrupava elementos originários do Centro e Sul do país que viviam na Rodésia, quer como refugiados políticos, quer trabalhando aí no sector de serviços. Uma parte importante da sua actividade política consistia em recrutar elementos no interior com o objectivo de os enviar para o Tanganika, ou de facilitar a passagem para a Rodésia a todos os refugiados que se dirigiam para o Norte.
Quanto à UNAMI, exercia uma acção limitada no Malawi.
Em segundo lugar, o facto de a maior parte destas organizações viverem desde há muito tempo no exterior, determinava uma falta profunda de conhecimento das condições reais existentes no interior do país. Não só estavam privados dum conhecimento directo das condições de vida e dos sentimentos da população, calculados através das informações dos emissários e relatórios de refugiados, mas sobretudo conhecia-se mal a natureza, os métodos e as dimensões verdadeiras do aparelho de repressão do inimigo.
Em terceiro lugar, e é talvez este o ponto mais pertinente da nossa análise, dado que eles viveram no exterior, estes partidos eram fortemente influenciados pelo modelo de organização concebido segundo a tradição colonial britânica. Assim, na organização das estruturas e mesmo na concepção do trabalho que era preciso levar a cabo, seguia-se o exemplo do NDP da Rodésia, do Partido do Congresso do Malawi, ou do TANU (União Nacional Africana do Tanganika).
Levados pela euforia dos 'ventos de mudança' e pelos sucessos obtidos por estes métodos nos países vizinhos, acreditava-se na inevitabilidade duma viragem. Fazia-se, pois, uma falsa interpretação da natureza política e económica do colonialismo português, sem ter em conta o facto de que este não poderia jamais aceitar o menor grau de liberdade política ou de evolução pacífica para a independência. Nestas condições, não é de espantar que o papel decisivo na fusão das três organizações tenha sido desempenhado por militantes vindos do interior, onde trabalhavam na clandestinidade. Mas se a sua consciência política e o seu conhecimento concreto eram mais sólidos, faltava-lhes também a tradição organizadora que as dificuldades da luta clandestina nunca lhes tinha permitido desenvolver. Tal era, pois, o capital de experiência que possuíam os militantes nacionalistas de estruturação dum partido político, no momento da construção da FRELIMO." (1)

Setembro de 1962 — Realiza-se o Congresso Constituinte da FRELIMO, em que se adopta um programa político revolucionário. É eleito presidente Eduardo C. Mondlane.

"O Congresso Constituinte formula um programa que se pode resumir em três pontos:

— Mobilização da população e desenvolvimento da consciência nacional;

— Difusão dum programa intensivo de educação a fim de aumentar a eficácia do combate;

— Formulação dum plano de acção militar tendo em conta a natureza do colonialismo europeu.

É pondo em prática este programa que a FRELIMO se ia tornar algo totalmente novo em relação às organizações que a precederam.
Este último ponto era decisivo. Enquanto as tribunas internacionais apelavam para uma solução pacífica do problema, não se alimentavam muitas ilusões: a guerra já tinha sido desencadeada em Angola e o inimigo reforçava o seu aparelho de repressão policial e militar em Moçambique. É neste contexto que surgiu o programa militar. Precisávamos dum programa coerente e sólido, o que subentendia um estudo detalhado do país, do 'quadrillage' militar estabelecido pelo inimigo e, ao mesmo tempo, um exame profundo das tradições políticas e sociais de cada região.

Um outro aspecto desta tarefa era a criação duma estrutura capaz de assegurar o recrutamento, o treino e a formação dum grande número de militantes solidamente unidos e bem organizados, capazes de pôr em prática o programa militar.

Mas a maneira de iniciar esta fase era decisiva. A população possuía já uma experiência dolorosa de repressão e massacres, que se tinham seguido a manifestações de massa, greves e reivindicações pacíficas. A necessidade de formar um órgão capaz duma acção contínua e eficaz contra o aparelho colonial tinha, pois, uma importância capital. A experiência tinha-nos mostrado que contra o colonialismo português não bastava ter razão." (2)

O EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO

O período de formação do exército de libertação significou a fusão de três programas num só — mobilização, educação, formação de quadros — ilustrando a execução do programa de actividades do conjunto da organização.

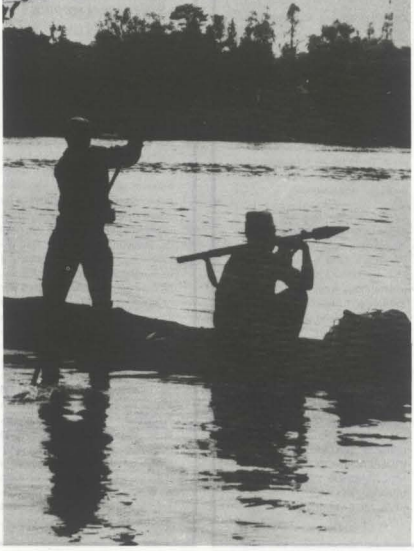
"Os primeiros passos foram relativamente claros: recrutamento e envio de militantes para os países amigos, a fim de receber um treino militar. Mas depois do seu regresso à tarefa torna-se complexa, porque era preciso organizar esse conjunto de militantes de maneira a constituir um corpo homogéneo, impregnado da linha política da organização e capaz de ser o representante junto das massas.

O EXÉRCITO E A UNIDADE NACIONAL

Era uma tarefa imensa dada a diversidade de experiências, de meios geográficos, de costumes e tradições. Na maior parte dos casos o único denominador comum era o facto de se ser oprimido pelo colonialismo português e possuir-se uma vontade de libertação.
Embora este sentimento unitário fosse capaz, certamente, de determinar uma tomada de posição, era todavia insuficiente para se iniciar um processo de acção contínua. Por isso era necessário ir às raízes da unidade, era preciso explicar a extensão e a complexidade do nosso país, era necessário levar elementos provenientes de grupos linguísticos e tribais diferentes a compreender a lógica da co-habitação. Chegava-se assim a analisar a situação conjunta e a ultrapassar as velhas divisões e antagonismos que o colonialismo tinha exacerbado. Era preciso que cada um se familiarizasse com a vida e os hábitos dos outros grupos. Desta maneira os militantes ensinaram como identificar os aspectos da actividade inimiga diferente da sua própria região, o que lhes permitia lutar contra o inimigo em todo o território.
Estes esforços constituíam um factor decisivo no processo de consolidação da unidade nacional, mesmo se, para atingir o objectivo, fosse necessário mais tempo e mais trabalho, porque a tentação de adoptar a solução mais fácil (a de enviar cada combatente para a sua região de origem) era grande.

O EXÉRCITO E A CONSCIÊNCIA NACIONAL

A primeira tarefa foi a de consolidação da consciência nacional, começando no interior da própria organização: os militantes provinham com efeito de regiões muito diferentes, com tradições diversas, tendo adquirido experiências de vida que por vezes não ultrapassavam o quadro duma aldeia, dum determinado colono ou dum determinado agente da administração colonial, enquanto outros vinham das minas da África do Sul, de plantações ou tinham sido estivadores.



Era de primeira importância reunir estas experiências parciais, para que cada um assumisse uma visão de conjunto do sistema colonial. Só assim se podia definir o quadro de combate, as diferentes facetas do inimigo e, por conseguinte, a necessidade e o conteúdo da unidade."

EXÉRCITO POPULAR

"Para se enraizar profundamente no povo não bastava ter saído do povo: era preciso que pelo seu comportamento, pelos seus métodos e nas suas estruturas, o exército fosse um exército popular.
Era preciso, consequentemente, definir e estabelecer um novo tipo de relações entre os camaradas no seio do exército; desenvolver o espírito crítico a fim de eliminar a falta de confiança e poder criar um espírito de trabalho colectivo. Multiplicavam-se as reuniões discutia-se profundamente os métodos de trabalho, de treino. Cada militante expunha a sua experiência, descrevia as tradições da sua região. É assim que se chegaram a conhecer as condições sociais e geográficas de cada região, ao mesmo tempo que se completava desta maneira o trabalho das nossas unidades de reconhecimento.
Deste modo chegámos a definir o conteúdo e a forma das relações a estabelecer com a população. Por outro lado, em certos militantes, o sentimento inicial era o ódio contra o branco como fonte de todos os males. Foi preciso transformar este sentimento em consciência política de luta contra a opressão e contra o sistema e não contra a cor da pele. (...)
A fim de enraizar no seio do exército o sentimento de dependência do povo, evitando que se tornasse uma condição privilegiada, ao mesmo tempo que para eliminar as concepções de guerra rápida, a produção foi inscrita desde o início no programa da formação e de trabalho do exército.
Em seguida, quando o desenvolvimento da luta levou ao aumento dos efectivos, esta decisão mostrou-se extremamente útil porque permitiu ao exército não pressionar a população civil (do ponto de vista da alimentação). Desenvolver a consciência nacional, reforçar o carácter popular do movimento, esclarecer a linha política, foram, pois, as primeiras tarefas a cumprir pelo nosso exército, bem como pelo conjunto do nosso movimento. Elas representam, sem dúvida, **os primeiros passos** que todo o movimento nacionalista deve seguir na sua actividade política. Mas, para além dos programas de acção e das declarações solenes é por elas que temos encontrado o profundo carácter da linha política e do sentido da sua progressão contínua, o sentido da marcha do nosso movimento, dos nossos militantes e do nosso povo."

AS ZONAS LIBERTADAS

A LUTA ARMADA

25 de Setembro de 1964 — Depois de dois anos de intensa preparação e face ao reforço do aparelho repressivo colonial, a FRELIMO desencadeia as primeiras acções de resistência armada.

PROCLAMAÇÃO AO POVO MOÇAMBICANO

Moçambicanos e Moçambicanas,

Em Setembro de 1962 o Congresso da FRELIMO afirmou unanimemente a vontade e determinação do povo moçambicano de lutar por todos os meios para a Independência Nacional.

A FRELIMO quis, por meio de esforços pacíficos, forçar o governo português a satisfazer as exigências políticas fundamentais do povo moçambicano, a FRELIMO expôs constantemente junto de instâncias panafricanas, afro-asiáticas e mundiais, a situação em que se encontrava o povo moçambicano, e denunciou os crimes do colonialismo em Moçambique.

E foi assim que, depois do povo moçambicano, a O. U. A. (Organização da Unidade Africana), as Nações Unidas e a opinião política mundial em geral, condenaram também a política criminosa do governo português.

Apesar de tudo isto, o colonialismo português continua a exercer a sua dominação sobre a nossa Pátria.

As riquezas do nosso país e o trabalho do nosso povo continuam a ser explorados pelos colonialistas portugueses e seus aliados imperialistas.

Todos os dias são assassinados camaradas por causa da sua participação activa na luta de libertação do nosso país, as prisões estão cheias de patriotas, e aqueles que estão ainda em liberdade vivem na incerteza do amanhã.

A PIDE aumenta o número dos seus agentes e desenvolve os seus meios de tortura; o exército português é reforçado e aumenta continuamente os seus efectivos em homens e material de guerra; a psico-social prossegue a sua campanha com vista a enganar o povo moçambicano.

Moçambicanos e Moçambicanas,

A FRELIMO conduziu sempre a sua acção de maneira a assumir plenamente as suas responsabilidades de guia da revolução moçambicana.

Por isso, paralelamente aos esforços pacíficos, a FRELIMO entregou-se também vivamente à criação de condições para fazer face à eventualidade da luta armada.

Hoje, face à constante recusa do governo português em reconher o nosso direito à independência, a FRELIMO reafirma que a luta armada é a única via que permitirá ao povo moçambicano realizar as suas aspirações à liberdade, justiça e bem-estar social.

Moçambicanos e Moçambicanas,

Operários e camponeses, trabalhadores das plantações, das serrações e das concessões, trabalhadores das minas, dos caminhos de ferro, dos portos e das fábricas, intelectuais, funcionários, estudantes, soldados moçambicanos no exército português, homens, mulheres e jovens, patriotas,

Em vosso nome, a FRELIMO proclama hoje, solenemente, a insurreição geral armada do povo moçambicano, contra o colonialismo português, para a conquista da independência total e completa de Moçambique.

O nosso combate não cessará senão com a liquidação total e completa do colonialismo português.

Moçambicanos e Moçambicanas,

A revolução moçambicana, obra do povo moçambicano, insere-se no quadro geral da luta dos povos de Africa e do mundo pela vitória dos ideais da liberdade e da justiça.

A luta armada que nós hoje anunciamos, tendo por objectivo a destruição do colonialismo português e do imperialismo, permitir-nos-á instaurar no nosso país uma nova ordem social popular. Assim, o povo moçambicano dará uma grande contribuição histórica para a libertação total do nosso continente, para o progresso de Africa e do mundo.

Moçambicanos e Moçambicanas,

Neste momento grave e decisivo da história do nosso país, em que unanimemente nos comprometemos a enfrentar o colonialismo português, a FRELIMO cumprirá o seu dever.

Reforcemos a nossa unidade, a união de todos os moçambicanos do Rovuma ao Maputo sem qualquer discriminação.

Consolidemos cada vez mais a nossa organização, ajamos sempre de maneira organizada.

Por toda a parte, em cada lugar, a FRELIMO estará presente e pronta a conduzir a luta.

Sejamos firmes, decididos e implacáveis frente ao colonialismo português.

Sejamos firmes, decididos e implacáveis frente aos lacaios do colonialismo português, frente a todos os agentes da PIDE e a todos os traidores do nosso povo e da nossa pátria. (3)

UNIDOS VENCEREMOS!
INDEPENDÊNCIA OU MORTE!
MOÇAMBIQUE VENCERÁ!
VIVA A FRELIMO!
VIVA MOÇAMBIQUE!
VIVA ÁFRICA!

"No dia 25 de Setembro eclodiu a luta armada. O primeiro combate desenrolou-se em Chai, na província de Cabo Delgado, cedo seguida de operações nas províncias de Zambézia, Niassa e Tete. Agindo com destreza, escolhendo de cada vez teatros de operações mais afastados uns dos outros, as primeiras unidades de guerrilha puderam frustar as operações macivas de enquadramento e de repressão que o inimigo tinha preparado de há muito tempo. É a esses primeiros militantes insuficientemente armados mas dotados dum grande espírito de determinação e patriotismo, que devemos a consolidação da luta armada." (4)

AS ZONAS LIBERTADAS

A medida que a luta se agudizava, em certas regiões a FRELIMO estabeleceu zonas libertadas. Como resposta às agressões militares contra as populações, a organização patriótica distribuiu armas para a criação de milícias populares de defesa e, a partir daí, consolidou as zonas libertadas, onde foram criadas lojas do povo, baseadas no sistema de troca, e se desenvolveu o trabalho produtivo, com o objectivo de sustentar as populações e os guerrilheiros e cimentar a sua unidade.

O QUE É UMA ZONA LIBERTADA?

"Pergunta: Pode precisar o que entende por zonas libertadas? Por vezes os portugueses levam jornalistas a visitar as regiões a que vocês chamam libertadas e dizem: 'Vejam, não há terroristas!'.

Resposta: Podiam-se percorrer quilómetros e quilómetros do Tanganika, durante a época précolonial sem se vislumbrar qualquer sinal da administração britânica. Isto não significa que a estrutura que regulamentava a vida da população não fosse uma estrutura colonial. A administração, a produção, a educação tinham uma natureza colonial. Ainda que os ingleses não estivessem presentes fisicamente, a estrutura opressiva fazia-se sentir em todo o país. Pois bem, presentemente, em Moçambique, todos estes testemunhos do colonialismo desapareceram de largos sectores do nosso país, sectores esses a que nós chamamos zonas libertadas. O modo de produção é popular e não colonialista, baseado na exploração. O comportamento das pessoas é colectivo e não individualista. Os problemas são resolvidos colectivamente, o que é novo. Estas zonas libertadas, devido justamente a este novo tipo de poder, a esta nova forma de viver, são os alvos do inimigo. Nós não negamos que estas zonas estejam submetidas a ataques, como acontece mesmo no Vietnam, onde ninguém pode negar a existência de vastas regiões libertadas. Falando claro, digamos que ainda existem portugueses nestas zonas, mas estão isolados num pequeno número de guarnições. A questão fundamental é: 'Que palavra de ordem segue o povo? Trabalha clandestinamente?' Nas nossas zonas, o trabalho faz-se abertamente, a palavra de ordem vem da organização. Isto significa a libertação da exploração, do trabalho forçado. Eis, pois, o que é uma zona libertada." (5)

Numa fase mais avançada, desenvolve-se nestas zonas a organização da educação, da assistência, da saúde, seguindo a consolidação dum novo tipo de poder anticolonialista.

O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DA FRELIMO

No presente momento, em Moçambique, encontram-se três tipos de educação, dois dos quais pertencentes às velhas sociedades que estão em vias de desaparecimento para darem lugar à terceira e nova sociedade.

I

SISTEMA DE EDUCAÇÃO TRADICIONAL

O primeiro sistema — aliás o predominante em Moçambique — é aquele que se realiza na sociedade tradicional e que visa transmitir a tradição erigida em dogma. É um sistema de educação não unificado na medida em que varia de grupo para grupo étnico e muitas vezes chegando a variar ao nível de pequenas regiões. Ela estabelece o sistema de classes, a discriminação na base de idades, os ritos de iniciação, que tem por objectivo conservar a juventude agarrada às ideias velhas do grupo a que pertencem. É aqui que se aprende a negar e a combater tudo que é diferente e novo; é aqui que se aprende a aceitar a inferioridade da mulher, com todas as suas implicações (tais como a poligamia, etc.); é aqui, enfim, onde devido ao conhecimento superficial da natureza, a superstição, osso da filosofia idealista e dogmática, combinados, ocupam o lugar das ciências na interpretação e explicação dos fenómenos sociais e da natureza.

A Revolução, a FRELIMO, ao pretender criar um homem novo para o Moçambique novo, necessariamente não pode, por aquilo que se acabou de ver, utilizar o sistema de educação tradicional porque está nos seus aspectos gerais em contradição com os nossos objectivos, na medida em que ao falarmos da Nação ela ensina a Tribo; ao falarmos da Igualdade, ela ensina a Discriminação de idades e de sexos; ao falarmos de homem novo, ela ensina as ideias velhas. Além disso, devido ao seu carácter supersticioso, não permite a completa libertação do homem moçambicano da crença nas forças estranhas e sobrenaturais. Podemos dizer em conclusão que não é com este tipo de sistema de educação que conseguiremos construir quadros capazes de servir devidamente a revolução e conduzi-la até à sua vitória final.

II

SISTEMA DE EDUCAÇÃO COLONIAL

O colonialismo português pretendeu deixar o Povo Moçambicano eternamente analfabeto, ignorando a sua história, a sua geografia e a sua cultura. Numa palavra, o colonialismo adoptou a política de obscurantismo.

A educação colonial encontra a sua fundamentação e a sua justificação na própria sociedade colonial.

O colonialismo, sistema de exploração económica e de discriminação social, política e cultural, recorre a vários instrumentos para alcançar sucessos nessa prática.

O sistema de educação colonial, enquanto instrumento encontra-se naturalmente orientado para servir o sistema colonial. Podemos dizer que ele visa a formação de indivíduos capazes de perpetuar a exploração do homem pelo homem e a dominação.

Tendo sido idealizado para instruir os filhos dos colonos, este sistema de ensino passou a ser acessível aos naturais de Moçambique, não para a sua promoção cultural e intelectual, mas para permitir a formação de uma classe intermediária de serviçais e assimilados que pudessem servir de ligação entre os colonialistas e as várias massas populares moçambicanas.

Embora sejam aqui transmitidos conhecimentos científicos, estes são para o benefício da maioria colonialista dominante, uma vez que afasta constantemente o moçambicano do contacto com as massas.

Este sistema despersonaliza o moçambicano, ao ensiná-lo a desprezar a sua cor, a Pátria e a sua cultura. Segundo ele, o mo-

(Cont. na pág. 5)

SISTEMA DE EDUCAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

(Cont. da pág. 4)

çambicano que alcança sucessos nos estudos "ascende" à categoria de assimilado, designação que não passa de um grande insulto à nossa cultura moçambicana.

Este sistema isola o moçambicano dos seus compatriotas ao mantê-lo afastado do seu Povo e da realidade do seu País; ao colocá-lo num sistema de valores ocidentais, capitalistas, portanto totalmente deslocado da sua condição.

Este sistema de ensino, pelo seu caraĉter capitalista, favorece o desenvolvimento do individualismo e dos gostos corruptos e caducos da sociedade colonial ao visar a formação de novos exploradores, ou dos seus agentes.

Este sistema desenvolve o elitismo, ao criar no aluno a ideia de que todo aquele que teve acesso aos estudos se deve considerar com conhecimentos superiores e desprezar o conhecimento prático do Povo.

Torna-se evidente pela descrição que o sistema de educação colonial, como aconteceu com o sistema tradicional, também não poderá satisfazer as nossas aspirações revolucionárias. Os homens formados neste sistema, seriam bons quadros do inimigo e bons propagadores da ideologia e cultura ocidental, bons destruidores da cultura moçambicana e portanto antipopulares e anti-revolucionários.

III

SISTEMA DE EDUCAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

A FRELIMO é uma organização que realiza uma luta revolucionária que visa a destruição da máquina colonial e dos vestígios coloniais que enraizaram sobretudo ao nível da cultura.

Uma das vitórias importantes que a FRELIMO alcançou foi o ter conseguido transformar a nossa luta armada em Revolução. Esta transformação não se processou por acaso. Resultou em primeiro lugar da compreensão profunda de definição do nosso inimigo por parte dos nossos militantes e em segundo lugar, pelo facto de o nosso Povo e os nossos combatentes terem assumido calmamente a sua responsabilidade histórica — libertar o seu País.

Esta transformação foi essencialmente prática. Isto é, a sua existência não se limitou simplesmente à planificação dos programas, mas sobretudo à sua execução em todos os níveis — Educação, Saúde, Assuntos Sociais, Cooperativas, estabelecimento de uma administração revolucionária, do exército popular, etc. Neste momento interessa-nos falar da educação.

O nosso sistema de Educação encontra a sua justificação na sociedade nova e revolucionária que a FRELIMO está a construir em Moçambique. Neste momento a FRELIMO está a destruir e a construir sobre os destroços. Está a destruir a sociedade velha, profundamente impregnada de vícios e defeitos, onde florescem as ideias conservadoras, supersticiosas, individualistas e corruptas, a se desenvolver o gosto pela exploração, a opressão e a discriminação. Tudo isto ela combate e destrói para construir sobre os seus destroços a Sociedade Nova. No entanto, essa Sociedade pode ser construída por militantes determinados de uma mentalidade nova, isto é, pelo Homem Novo.

E, exactamente, o novo sistema de Educação visa formar este homem novo na resolução dos problemas que são colocados pela nossa Luta Revolucionária de Libertação Nacional.

O Homem Novo

O homem novo é aquele que está livre dos conceitos coloniais que energicamente combate a exploração do homem pelo homem, que usa toda a sua energia, pensamento e ideias criadoras em benefício das vastas camadas sociais, que dedica no estudo e no árduo trabalho de transformação dos meios de vida, que luta por se libertar e libertar o seu Povo das imundas crenças das forças sobrenaturais, aquele que concebe o amor ao próximo e a necessidade de ajuda mútua em todas as circunstâncias desde que por esta prática não contribua para a criação das condições que possam ampliar o campo para preguiçosos.

A importância da nossa escola, além do que pelos conhecimentos científicos ela transmite, reside no facto de fornecer uma educação revolucionária aos nossos estudantes. Sendo a nossa luta uma luta popular, onde as massas desempenham um papel profundo e para o benefício das mesmas, o nosso estudante aprende e estuda em primeiro lugar para servir o Povo donde é oriundo. Para servir as grandes camadas de camponeses, de trabalhadores, de oprimidos. Portanto, aprende a colocar todo o seu conhecimento ao serviço das massas populares e conscientemente a utilizar esse conhecimento como uma arma contra o inimigo.

A primeira consequência imediata disto, é que o nosso estudante aprende a combater o elitismo, que o alastraria para fora deste objectivo de servir o Povo, na medida em que estimula nele o desenvolvimento de uma classe intelectual completamente divorciada das massas.

A segunda consequência é que o nosso militante aprende a combater o individualismo que o deixaria completamente isolado das massas e de todos os companheiros de armas, e portanto identificado com o próprio inimigo.

O nosso militante aprende a combater o racismo que, como sendo uma das armas utilizadas pelo inimigo para isolar o nosso Povo dos Povos progressistas dos outros continentes, pô-los-ia na nossa definição de inimigos.

O nosso militante aprende a combater a exploração nas diferentes formas de que ela se reveste.

O nosso militante aprende que as ideias corruptas que são resíduos da velha mentalidade e que actuam no nosso seio na qualidade de inimigos morais, que actuando como vírus do cancro nos nossos tecidos, vai-nos corroendo a ideologia revolucionária até a liquidar completamente.

O nosso militante aprende a desenvolver o espírito colectivo que lhe permite apreciar, viver e trabalhar em conjunto com os seus camaradas, para uma melhor contribuição para a comunidade, para o Povo; que lhe permite considerar sempre em primeiro lugar os interesses da comunidade e do Povo.

Com o sistema de Educação da FRELIMO, pretende-se também desenvolver a consciência nacional em cada um dos nossos militantes, eliminando assim todas as tendências de sectarismo, de regionalismo e de tribalismo que a Educação tradicional tanto encorajou e pôs assim em prática a palavra da FRELIMO que constitui o fundo do discurso pronunciado pelo Presidente da FRELIMO Camarada Samora Moisés Machel quando disse: "Unir todos os Moçambicanos para além das tradições e línguas diversas, requer que na nossa consciência morra a tribo para que nasça a Nação."

Com este sistema de Educação combate-se todas as formas de discriminação social. Promove-se a emancipação da mulher moçambicana, combatendo todas as ideias e atitudes que visam perpetuar a propriedade tradicional da Mulher na Sociedade. Estando a FRELIMO a realizar uma Revolução cujo triunfo depende da acção conjunta de todas as forças progressistas é necessário que a mulher desempenhe um papel activo.

Com o nosso sistema de Educação combatemos contra a superstição, a qual foi aprofundada e emanada pela Educação tradicional, pretendemos que o Homem Moçambicano seja completamente livre e para isso é necessário que o libertemos da opressão espiritual e mental, que consiste na crença de forças estranhas, sobrenaturais, que actuam sobre os homens e sobre a natureza". É necessário que o Homem Novo acredite na invencibilidade da força do Povo, nas suas próprias forças quando conjugadas num sistema colectivo e acredite na Ciência.

Na etapa actual existem dois níveis de ensino: o ensino primário e o ensino secundário.

O ensino primário tem a duração de quatro anos e o conteúdo do seu programa está de tal modo elaborado para permitir que o estudante uma vez terminado o ensino primário se encontre apto a realizar as várias tarefas que o Partido lhe confiar, ou continui os estudos na Escola Secundária.

Nestas Províncias existem várias escolas primárias em diversas localidades e distritos. Destas escolas umas funcionam como internatos e outras como externatos. Ao nível da Província (e às vezes ao do Distrito) existem os centros pilotos onde se encontram as classes mais avançadas, isto é, a quarta classe.

As nossas escolas possuem um número elevado e crescente de alunos que não é acompanhado pelo número correspondente de professores. Devido à superlotação das classes, chegando mesmo a existir oitenta, cem alunos para um professor, a FRELIMO é obrigada a sacrificar alguns ainda na segunda classe para afectá-los como professores na primeira classe. O mesmo sistema se pratica nas outras classes. Como estes professores possuem um nível baixo de conhecimento, há necessidade de em cada mês uma semana ser dedicada a uma reunião dos professores, chamada seminário, onde em conjunto eles preparam as lições para as três semanas seguintes. E assim vamos crescendo!...

No ensino primário leccionam-se as seguintes disciplinas: Português, Aritmética, Geografia, Ciências, História, Trabalhos Práticos, Política, Educação Artística e Educação Física. Paralelamente ao ensino primário existe programa de alfabetização dos adultos o qual é acessível aos moçambicanos de idade não escolar.

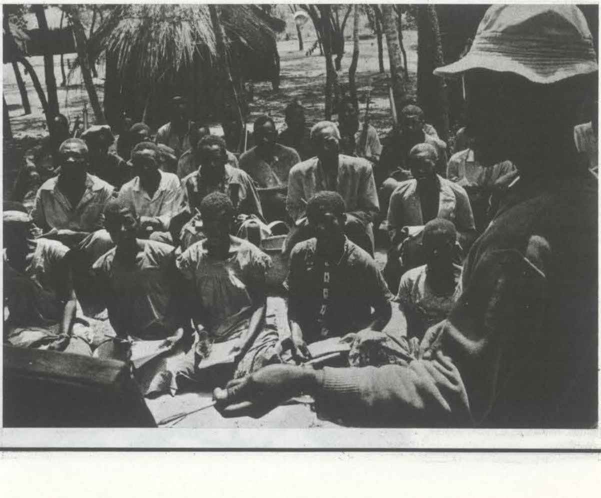
O ensino secundário como o primário, visa a formação de quadros. São admitidos todos os militantes seleccionados que hajam concluído os quatro anos do ensino primário. As disciplinas leccionadas neste ensino secundário são: Português, Inglês, Política, História, Geografia, Matemática, Ciências Naturais, Física, Química, Biologia, Trabalhos Práticos, Desenho e Educação Física.

Na escola secundária, fora do ensino secundário, poderão funcionar, eventualmente, cursos do Magistério Primário, de Informação e Propaganda, de Cooperativas e Administração, etc.

O ensino secundário também se debate com o problema da falta de professores, mas o seu recrutamento ainda não se processa como no ensino primário.

É importante realçar que, tanto no ensino primário como no ensino secundário, dedica-se uma atenção especial aos trabalhos

(Cont. na pág. 8)



A SAÚDE AO SERVIÇO DO POVO

FORJANDO A LINHA POLÍTICA

... O trabalho sanitário desenvolveu-se a partir das primeiras unidades sanitárias ligadas à guerrilha. Compostas, na maior parte das vezes, por um enfermeiro e um ajudante, estes grupos destinam-se a cuidar dos combatentes. Entretanto, rapidamente nos demos conta de que os problemas sanitários mais graves eram os da população, cuja condição sanitária era penosa. Em longas zonas de Moçambique, as populações nunca tinham visto um enfermeiro e ainda menos um médico, porque o pessoal médico está, sobretudo, concentrado nas cidades e nas zonas em que a densidade de população europeia prevalece.

Os bombardeamentos aéreos inimigos que fizeram vítimas, sobretudo nas populações, agravaram consideravelmente a situação e levaram os enfermeiros da guerrilha a concentrar o grosso dos seus esforços no povo. O seu número era evidentemente ínfimo, relativamente às necessidades; foi preciso organizar cursos imediatos de preparação de socorristas. Mais tarde pudemos fazer funcionar a nossa escola de enfermeiros, adaptando o ensino às necessidades do nosso país, conforme as condições existentes.

A isto acrescentavam-se as dificuldades causadas pela transferência das populações para as novas aldeias no mato, como medida de segurança contra os bombardeamentos. Como estas aldeias estiveram também sujeitas a deslocamentos das incursões inimigas, a condição sanitária das populações piorou. (7)

Em 1965, uma epidemia de varíola só pode ser controlada graças a uma campanha de vacinação massiva que abrangeu, na 1.ª fase, mais de 10 mil pessoas. O sucesso desta primeira grande campanha sanitária de massa, residiu na grande mobilização das massas e na implantação das nossas estruturas, sendo o número atingido largamente superior ao das novas realizações portuguesas neste domínio.

Apesar das dificuldades começou-se a implantar uma rede fixa no interior do país, primeiro com postos sanitários ao nível dos distritos, mais tarde Hospitais Centrais ao nível de Província ou de região, consoante os casos. Ao mesmo tempo desenvolviam-se centros sanitários móveis e semi-móveis para atingir uma população mais ampla.

O aspecto novo no nosso sistema sanitário reside no facto de os doentes não terem um papel passivo no interior do hospital. Se a sua condição física e o seu tratamento o permitem, os doentes dedicam-se a trabalhos produtivos, seguem cursos e recebem uma formação sanitária que lhes permite tornarem-se agentes de higiene quando voltam ao seu meio. Integrando o doente no processo de reconstrução, elimina-se, ao mesmo tempo, o efeito negativo e deprimente da passividade que constitui a atitude tradicional do doente.

O QUE É O HOSPITAL DA FRELIMO?

O que faz um hospital não são os instrumentos cirúrgicos ou medicamentos que lá se encontram. Os instrumentos, os medicamentos, são importantes, mas o que é essencial, o que é o factor decisivo, é o homem. Por isso hoje, pela primeira vez, em Cabo Delgado, em Niassa, em Tete, o Povo é objecto de assistência sanitária, as pessoas são vacinadas, nas povoações aprendem-se hábitos de higiene. No entanto são raros os nossos medicamentos, são muito poucos os nossos instrumentos cirúrgicos, e as nossas instalações são tão pobres que do exterior mal se distinguem de modestas palhotas.

O nosso hospital é construído de sangue, de sacrifícios. Não são paus e maticado, cimento ou tijolos, que constroem as paredes do nosso hospital.

O nosso hospital pertence ao Povo, é um fruto da Revolução. O nosso hospital é muito mais que um centro de distribuição de medicamentos, ou de curativos.

Um hospital da FRELIMO é um centro em que se concretiza a nossa linha política de servir as massas, é um centro em que se materializa o nosso princípio de que a Revolução liberta o Povo.

O nosso hospital destina-se a libertar o Povo da doença, a dar boas condições físicas aos combatentes, militantes e trabalhadores, para que estes cumpram as tarefas revolucionárias em que estão empenhados, por amor do Povo.

Curamos as pessoas pela confiança que inspiramos, pelo moral que lhes inculcamos. O pessoal da saúde, o doente e o medicamento combinam-se para libertar o homem da doença.

O nosso hospital é um centro da Revolução, ele existe por causa da Revolução e está intimamente associado à Revolução.

Enquanto os hospitais capitalistas e colonialistas estão ligados aos exploradores, aos colonos, porque é a eles que servem, o nosso hospital está ligado às massas, porque é a elas que se destina.

Assim o nosso hospital é um centro de unidade nacional, um centro de unidade de classe, um centro de purificação de ideias, um centro de propaganda revolucionária e organizacional, um destacamento de combate.

Pessoal médico, alunos, serventes, doentes, e o resto da sociedade estão intimamente unidos.

No hospital da FRELIMO não há tribos, não há regiões, não há raças, não há crenças religiosas, não há nada que nos divide. O hospital cumpre uma tarefa revolucionária. Pessoal médico, alunos, serventes, estão a cumprir tarefas essenciais que lhes foram confiadas pelo Povo.

O Povo inteiro, do Rovuma ao Maputo, pelos sacrifícios que fez, pelo sangue que verteu, ergueu esse hospital para o servir, para o libertar da doença. Ninguém foi enviado por uma tribo ou uma região para trabalhar num hospital. Na medida em que os doentes sentirem unidade no pessoal do hospital, desde o médico aos serventes, eles unir-se-ão ao pessoal médico e serventes e juntos concentrarão forças para liquidar a doença. Mas se houver desunião reinará a desconfiança, o doente recusará o medicamento porque temerá que o tratamento a que o submetem sirva para agravar a sua situação.

Estamos todos unidos no cumprimento da nossa tarefa. Não temos pequenas ou grandes tarefas, porque eu sou servente e aquele é enfermeiro ou médico. A nossa tarefa é essencial, embora as nossas responsabilidade sejam diferentes.

O sentirmos qualquer complexo de inferioridade no cumprimento da nossa tarefa, o preocuparmo-nos em procurar grandes e pequenas tarefas, significa falta de consciência de classe.

Somos de origem trabalhadora, servimos as massas laboriosas, o Povo trabalhador. A nossa tarefa é grandiosa. Qualquer outra atitude só reflecte elitismo, busca de privilégios, perca do sentido de classe, aquisição de ideias burguesas.

Exige-se pois que, assim como nos desinfectamos ao entrar na sala de operações, nos purifiquemos das ideias erradas e complexos que vêm contaminar o nosso hospital. Assim como nos revestimos de máscaras e batas, devemos estar constantemente armados da nossa unidade e consciência de classe, para revolucionariamente servirmos as massas.

Nesse contexto, o nosso hospital será realmente um centro de propaganda revolucionária e organizacional, ele será um exemplo concreto da justeza da nossa linha, uma verdadeira zona da FRELIMO.

Assim, o hospital cumpre as nossas tarefas, ele combate a doença, ele forma o homem, ele produz.

A produção não pode estar separada da nossa actividade sanitária.

O hospital necessita de comida. Muitas vezes as populações, a FRELIMO, não estão em condições de abastecer o hospital, porque estamos em guerra, porque o inimigo nos ataca, porque a produção é um dos alvos do inimigo.

Exige-se pois que o hospital se esforce em apoiar-se nas suas próprias forças, que seja tanto quanto possível auto-suficiente na alimentação.

Por outro lado não podemos esquecer a importância duma alimentação adequada para o tratamento correcto das doenças. Os pacientes necessitam de se alimentar convenientemente, para combaterem o mal.

É na fruta, nas saladas, nas verduras, na carne, nos ovos, no peixe, no leite, que se encontram as vitaminas, os sais, os minerais, as proteínas, que revigoram o organismo, que o reforçam para o combate contra a doença.

O hospital, sendo um centro de produção, também é centro de formação para os doentes.

Não podemos desprezar nenhuma oportunidade para elevar a consciência política e o nível de conhecimentos do nosso Povo.

No nosso hospital não existe inactividade, não existe ociosidade. Finalmente, a experiência tem demonstrado que o engajar os doentes e em particular os convalescentes em actividades levanta-lhes o moral e é um poderoso auxiliar da cura.

Com isto queremos propor que os nossos hospitais procurem continuamente alargar as suas actividades, aliar-se ao Comissariado Político e ao Departamento de Educação e Cultura.

Devemos procurar alfabetizar os doentes e convalescentes, ensinar-lhes português, fazer-lhes conhecer, compreender e assumir a riqueza cultural do nosso País inteiro.

Devemos organizar para os doentes pequenos cursos de higiene, a fim de lhes fazer adquirir bons hábitos higiénicos, que impedirão muitas doenças.

Procuremos tornar agentes activos de propaganda higiénica todos aqueles que se vêm tratar nos nossos hospitais. É de considerar também que em muitas regiões do nosso País existem péssimos hábitos alimentares. É importante que as populações adquiram novos hábitos alimentares; para isso, nos hospitais devemos organizar pequenos cursos para os doentes, em particular para as mães, explicando-lhes o valor nutritivo dos diferentes alimentos e mesmo como prepará-los.

Não podemos nunca abandonar o trabalho político, isso é sempre a nossa tarefa prioritária.

A estadia do doente no hospital deve servir para elevar a sua consciência de unidade nacional, a sua determinação de combater, o seu ódio ao inimigo explorador. Compreende-se então porque definimos um hospital da FRELIMO como um destacamento operacional nosso, uma linha da frente.

Assim o nosso enfermeiro, o nosso pessoal médico, além das suas tarefas específicas, são instrutores da nossa vida, professores, comissários políticos. A acção do nosso pessoal médico revolucionário não só cura o corpo, como também liberta e forma o espírito.

O inimigo compreende isso muito bem, tão bem o compreende que define o nosso hospital como um alvo dos seus bombardeamentos, um alvo para as suas tropas criminosas. (8)

O PAPEL DA MULHER NA REVOLUÇÃO

Outubro de 1966 — A FRELIMO considera que sem a participação da mulher moçambicana, não poderia levar por diante a luta de libertação com sucesso. Assim, desde 1966, cria um destacamento de combate feminino que foi o embrião da Organização das Mulheres Moçambicanas, que trouxe para a frente anticolonialista o contributo decisivo de mais de metade da população.

A FRELIMO E A LUTA PELA LIBERTAÇÃO

Foi em Outubro de 1966, numa reunião do Comitê Central, que a FRELIMO decidiu que a mulher moçambicana deve participar mais activamente na luta de Libertação Nacional, em todos os níveis. Foi decidido que ela deveria receber treino político e militar, para ser capaz de desempenhar todas as tarefas exigidas pela revolução. Assim, poucos meses depois, nos princípios de Janeiro de 1967, o primeiro grupo de raparigas de Cabo Delgado e Niassa começaram o seu treino.

A princípio tratava-se apenas de uma experiência, para ver até que ponto as mulheres seriam capazes de contribuir na revolução — como é que elas usariam a sua iniciativa, se seriam de facto capazes de desempenhar certas tarefas. A "experiência" alcançou grande sucesso, e essas raparigas desse primeiro grupo tornaram-se membros fundadores do Destacamento Feminino. Elas foram colocadas em vários lugares, no interior do nosso País, cada uma com funções específicas. Em breve estava provado que elas eram capazes de desempenhar um papel muito importante na Revolução, tanto no campo militar como político, mas principalmente neste último.

Uma das principais funções do Destacamento Feminino é, naturalmente, como acontece com as unidades militares compostas de homens, participarem nos combates. Em Moçambique, as actividades militares das mulheres estão geralmente, juntamente com as milícias, concentradas na defesa das zonas libertadas. Desta maneira os homens ficam em parte libertos dessa tarefa de defesa, e podem concentrar-se na ofensiva, nas zonas de avanço. Contudo, há mulheres que preferem participar nos combates mais activos nas zonas de avanço, e lutam lado a lado com os homens nas emboscadas, operações de minas, etc. Elas provaram ser tão capazes e corajosas como os seus camaradas do sexo masculino. Num outro aspecto desta mesma função, o militar, temos também mulheres trabalhando no Departamento de Segurança, alerta contra a infiltração do inimigo.

Embora sejam muito eficientes no campo militar, a contribuição das mulheres tem ressaltado mais no campo político. Desde 1967, as mulheres têm demonstrado desempenharem um papel fundamental na mobilização e educação política do povo e dos guerrilheiros. Neste trabalho nós explicamos ao povo a necessidade de lutar, que tipo de luta estamos a travar, contra quem lutamos, quais as razões da nossa luta, os nossos objectivos, porque é que escolhemos a luta armada como o único caminho para a independência, quem são os nossos inimigos e quem são os nossos verdadeiros amigos, etc. Nós explicamos o trabalho que estamos a fazer, os resultados que já alcançámos. Explicamos também como até certo ponto dependemos da ajuda estrangeira, quais os países e organizações que nos dão auxílio, e que, apesar desta ajuda, devemos tanto quanto possível basear-nos nas nossas próprias forças.

A este respeito, nós salientamos que o sucesso da revolução depende dos esforços combinados de todos nós, ninguém pode ser dispensado, e assim o papel tradicionalmente "passivo" da mulher deve mudar, de modo que as suas capacidades possam ser utilizadas ao serviço da revolução. As mulheres são encorajadas a falar, a exprimirem a sua opinião nas reuniões, a participarem nos Comitês, etc. Aqui nós somos geralmente confrontados com a tarefa difícil de lutar contra velhos preconceitos, que dizem que as funções das mulheres são apenas cozinhar, tomar conta da casa, dos filhos, e pouco mais. E, precisamente, a nossa experiência provou que nós, mulheres, podemos realizar este trabalho de mobilização e educação muito melhor do que os homens, por duas razões: primeiro, é muito mais fácil para nós aproximarmo-nos das outras mulheres, e segundo, os homens convencem-se mais facilmente do papel importante da mulher quando têm em frente deles mulheres militantes e capazes, que são o exemplo vivo daquilo que elas apregoam. Além disso, as nossas actividades dirigem-se também aos homens, e a presença de mulheres com armas é um elemento muito importante para a mobilização dos homens: eles ficam envergonhados e não se atrevem a recusar aquilo que as próprias mulheres estão a fazer.

AS TAREFAS DA MULHER MOÇAMBICANA

"Para realizar mais completa e eficientemente a participação da mulher moçambicana na luta, foi criado o Destacamento Feminino, cujas funções principais são:

a) Mobilização e organização das massas populares;
b) Recrutamento de jovens de ambos os sexos, para engajá-los na luta armada;
c) Produção;
d) Transporte de material;
e) Protecção militar das populações.

O Congresso dirige uma saudação especial ao Comitê Central, por ter criado o Destacamento Feminino, condena os que se opõem à existência deste, e louva as camaradas do Destacamento Feminino pelos trabalhos feitos nas zonas onde se encontram afectadas." (9)

A NECESSIDADE DA EMANCIPAÇÃO DA MULHER

A emancipação da mulher não é um acto de caridade, não resulta duma posição humanitária ou de compaixão. A libertação da mulher é uma necessidade fundamental da Revolução, uma garantia da sua continuidade, uma condição do seu triunfo. A Revolução tem por objectivo essencial a destruição do sistema de exploração, a construção duma nova sociedade libertadora das potencialidades do ser humano e que o reconcilia com o trabalho, a natureza. É dentro deste contexto que surge a questão da emancipação da mulher.

Duma maneira geral, no seio da sociedade, ela aparece como o ser mais oprimido, mais humilhado, mais explorado. Ela é explorada até pelo explorado, batida pelo homem rasgado pela palmatória, humilhada pelo homem esmagado pela bota do patrão e do colono. Como fazer triunfar a Revolução sem libertar a mulher? Será possível liquidar-se o sistema de exploração, mantendo uma parte da sociedade explorada? Não se pode liquidar só uma parte da exploração e da opressão, não se pode arrancar metade das raízes da erva ruim sem que esta renasça mais forte ainda a partir da metade que sobreviveu.

Como fazer a Revolução sem mobilizar a mulher? Se mais de metade do povo explorado e oprimido é constituído por mulheres, como deixá-las à margem da luta? A Revolução para ser feita precisa de mobilizar todos os explorados e oprimidos, por consequência as mulheres também. A Revolução para triunfar tem de liquidar a totalidade do sistema de exploração e opressão, libertar todos os explorados e oprimidos, por isso tem que liquidar a exploração e opressão da mulher, é obrigada a libertar a mulher.

Considerando ainda a necessidade fundamental da Revolução ser prosseguida pelas novas gerações, como poderemos assegurar a formação revolucionária das gerações de continuadores, se a mãe, primeira educadora, se encontra à margem do processo revolucionário? Como fazer do lar do explorado, do oprimido, uma célula do combate revolucionária, um centro difusor da nossa linha, um estímulo para o engajamento da família, quando a mulher permanece apática a este processo, indiferente à sociedade que está sendo criada e surda ao apelo do Povo?

Dizer-se que a mulher não sente a necessidade de se libertar, ou que muitas vezes é a FRELIMO, e não as mulheres, quem defende a emancipação da mulher — é um argumento sem peso, que não resiste à análise. As mulheres sentem essa dominação, sentem a necessidade de modificar a sua situação. O que existe é que a dominação exercida pela sociedade, asfixiando-lhes a iniciativa, impede-lhes frequentemente as suas aspirações, impede-lhes de conceberem os métodos da sua luta. É a este nível que intervêm a FRELIMO, vanguarda consciente das mulheres e homens de Moçambique, do Povo oprimido; ela formula a linha, indica os métodos de combate. (10)

"EDUARDO MONDLANE SÍMBOLO DA UNIDADE DO POVO MOÇAMBICANO"

1968 — Realiza-se o II Congresso da FRELIMO que faz a síntese da experiência da luta até ao momento e integra o combate do povo moçambicano no contexto da corrente revolucionária mundial.

Actualmente o desenvolvimento e a extensão da luta armada à escala do país é a única via revolucionária que permitirá ao Povo Moçambicano destruir para sempre o colonialismo português e o imperialismo e de concretizar as suas aspirações à independência, ao progresso social e cultural e à liberdade.

A luta de libertação nacional será longa e dura.

Ela desenvolve-se em todos os planos, tanto no plano estritamente militar como nos domínios da educação, cultura, saúde, etc.

A participação na luta armada é um dever para todos nós. Devemo-nos integrar quer nas forças regulares de guerrilha quer nas milícias populares, para a construção dum imenso exército popular.

Nas regiões ainda dominadas pelo inimigo, devemos prosseguir e intensificar a mobilização e a organização clandestina do Povo, a fim de criar as condições para o desencadeamento da luta armada.

Nas regiões libertadas deverão constituir-se retaguardas fortificadas, grandes bases materiais de apoio, capazes de assegurar o desenvolvimento vitorioso da luta armada revolucionária de libertação nacional.

Isso quer dizer que a nossa luta exige que nós próprios criemos as condições materiais para o seu desenvolvimento, que intensifiquemos o processo de satisfação das necessidades materiais das populações, especialmente naquilo que diz respeito à alimentação e ao vestuário, dando uma atenção particular à correcta solução dos problemas sociais.

É, então, necessário promover o desenvolvimento da agricultura, a criação de indústrias, a multiplicação das trocas comerciais no quadro de uma economia de guerra e de subsistência. É assim necessário intensificar o trabalho de educação e alfabetização das massas populares e desenvolver os nossos serviços de saúde, em particular, pelo aumento do número de postos médicos.

Nós devemos promover ao mesmo tempo o desenvolvimento da cultura nacional e, partindo das tradições históricas de cada região, fazer expandir os valores positivos enriquecidos na luta comum de libertação e de construção da Nação Moçambicana livre e independente.

A realização de todas as tarefas da Revolução, tanto na luta armada como na reconstrução nacional, torna premente a consolidação da administração nas regiões libertadas.

Nesta acção, os órgãos da FRELIMO têm um papel fundamental a desempenhar, a todos os níveis.

São em particular os Comitês da FRELIMO, a nível de Província, de distrito e de localidade, que terão que orientar a criação e o desenvolvimento dos Comitês Provinciais de gestão.

Agindo desta forma consolidaremos o poder popular e daremos um impulso radical à Revolução Moçambicana.

A nossa luta de libertação nacional é uma luta intimamente ligada à luta que outros povos travam pela Liberdade. (11)

3 de Fevereiro de 1969 — Incapaz de derrotar o inimigo, o fascismo-colonialismo não olhava a meios para tentar liquidar as forças de libertação. A 3 de Fevereiro, com a colaboração de traidores infiltrados na FRELIMO, conseguiu assassinar o Presidente Mondlane, numa manobra arquitectada pela PIDE.

"EDUARDO MONDLANE, SÍMBOLO DA UNIDADE DO POVO MOÇAMBICANO"

No próximo dia 3 de Fevereiro de 1970 passará um ano sobre a morte do Presidente da FRELIMO, camarada Eduardo Mondlane. Durante este ano a FRELIMO continuou o seu trabalho, intensificando a luta de libertação em todos os níveis, mais impetuosamente, numa ofensiva crescente. Contrariamente às expectativas do inimigo, a FRELIMO foi capaz de refazer-se do golpe representado pela morte do seu Presidente, e reforçou-se solidamente. Interessa neste momento fazermos uma análise — analisar o significado e implicações da morte do camarada Presidente Mondlane, porque é que ele foi assassinado, qual foi o objectivo do inimigo, se o inimigo alcançou esse objectivo com este crime, em que medida a nossa revolução tem avançado desde 3 de Fevereiro de 1969.

Se recuarmos um pouco na História do nosso povo, da nossa luta e da nossa organização, facilmente compreenderemos porque é que o inimigo tinha tanto interesse em assassinar o camarada Presidente Mondlane. Todos nós sabemos que até à criação da FRELIMO o povo Moçambicano estava desunido — por divisões tribais, religiosas, falta de compreensão e tradição política. Esta falta de unidade era o principal factor de sucesso do inimigo: habilmente manejando uma tribo contra outra, o povo de uma região contra o povo de outra região, utilizando as religiões nos aspectos em que elas favoreciam a opressão e a exploração, os colonialistas portugueses puderam dominar o nosso povo durante séculos. A criação da FRELIMO em 1962 representou o fim dessa situação, e a realização da UNIDADE. Em volta do Presidente da FRELIMO, camarada Eduardo Mondlane, moçambicanos de todas as tribos, de todas as religiões e sectores sociais, culturais, económicos, decidiram unir-se e lutar juntos contra o inimigo comum. O camarada Mondlane representava portanto a Unidade do povo Moçambicano. Os colonialistas portugueses sabiam que esta unidade significava o fim do seu domínio sobre Moçambique. E então, decidiram assassinar o Presidente da FRELIMO, convencidos de que com a sua morte a Unidade seria quebrada.

Outras razões levaram o inimigo a assassinar o camarada Mondlane — razões mais próximas, ligadas ao desenvolvimento da luta. Foi sob a liderança do camarada Mondlane que a FRELIMO desencadeou a **luta armada** de libertação nacional, em 25 de Setembro de 1964. O camarada Mondlane representava assim a compreensão de que só a luta armada pode conduzir o povo Moçambicano à Liberdade e Independência. Esta foi mais uma razão para o inimigo o escolher como principal alvo.

Por outro lado, o Presidente Mondlane imprimiu à nossa luta um carácter popular, lutou sempre pela vitória da linha verdadeiramente revolucionária, que colocava como objectivo único servir os interesses do povo moçambicano, contra qualquer forma de exploração. Isto também, como é evidente, preocupou muito os colonialistas, alguns dos quais tinham a esperança de poderem continuar a exploração num governo africano mas fantoche.

Mais: o camarada Mondlane ensinou-nos a definir com clareza **quem é o nosso inimigo** — que o inimigo não deve ser definido pela cor da pele mas pela sua actividade contra os interesses do nosso povo. E é esta orientação que nos permite hoje, mesmo depois da sua morte, definir com clareza o inimigo em cada fase da nossa luta.

O camarada Mondlane considerou a instrução do nosso povo como devendo ser uma das nossas preocupações fundamentais. Porque a independência de Moçambique e a sua sobrevivência como país realmente independente dependem da existência de quadros conscientes, capazes de assumir as várias tarefas revolucionárias.

O camarada Mondlane ensinou-nos ainda sobre a necessidade de sermos completamente independentes nas nossas relações com os outros países — rejeitarmos o paternalismo de certas potências, aceitarmos só o auxílio que nos é dado sem imposição de condições, na base do respeito absoluto dos outros povos pela nossa luta e pelo nosso povo.

O camarada Presidente Mondlane preocupou-se em estruturar a FRELIMO em bases sólidas — tão sólidas que sobrevivessem mesmo se ele ou outros dirigentes em certo momento não pudessem continuar a participar na luta. Preocupou-se em criar uma estrutura que assegurasse a continuidade da Revolução — para além da presença física dos indivíduos. Tudo isto o camarada Mondlane realizou. Compreendemos assim porque é que o inimigo o tinha como alvo, como era importante para o inimigo assassinar o nosso Presidente. Assassinando-o, o colonialismo português esperava destruir todas as vitórias já alcançadas: a unidade, a compreensão da necessidade da luta armada, o carácter popular e revolucionário da luta, a definição do inimigo em termos de exploração, a prioridade na instrução do povo, a solidez das nossas estruturas, a nossa independência no plano internacional. Um ano passado sobre a morte do nosso Presidente, surge naturalmente a questão: terá o inimigo alcançado os seus objectivos com este crime? Terá conseguido destruir a nossa unidade? Parar a luta armada? Desviar a nossa orientação política?

A resposta é dada pelo próprio desenvolvimento da luta — desenvolvimento político, militar, económico, educacional, etc. Nunca a nossa luta conheceu tantos sucessos como no ano que passou. Mobilizámos e organizámos novas populações para a luta; matámos centenas de soldados colonialistas; abatemos aviões; destruímos dezenas de postos; sabotámos pontes e estradas; abrimos mais escolas para as nossas crianças, mais centros médicos para os nossos feridos e doentes; aumentámos a produção a tal ponto que a maior parte das zonas são auto-suficientes em comida. É claro que estas vitórias não teriam sido

possíveis se o nosso povo tivesse deixado de estar unido, se a nossa força política e militar tivesse enfraquecido, se a nossa linha revolucionária e popular tivesse sido desviada.

A explicação desta situação já foi referida: é que o Presidente Mondlane conseguiu criar uma estrutura que sobrevivesse à sua morte, e, interpretando a vontade do povo, formulou uma linha política revolucionária que, por ser verdadeiramente popular, estava segura de ser sempre defendida. A morte do Presidente da FRELIMO provocou, como reacção imediata, uma certa desmoralização entre os nossos combatentes. Mas cedo nós soubemos vencer a dor, e transformá-la em nova força e ódio contra o inimigo. Porque, como o camarada Mondlane frisou muitas vezes, o problema que se põe ao nosso povo não é o de viver ou morrer, mas viver livre ou escravizado. E então, a morte daquele que dera a sua vida em sacrifício pela libertação do seu povo não podia de maneira nenhuma significar o fim da luta. Os nossos combatentes compreenderam que parar a luta seria atraiçoar os ideias de Liberdade, Independência e Revolução, pelos quais o camarada Mondlane morreu. Parar a luta seria tornar inútil o sacrifício do nosso Presidente — e seria condenarmos a uma escravidão perpétua. Por isso, a luta continua. (12)

SISTEMA DE EDUCAÇÃO REVOLUCIONÁRIO

(Cont. da pág. 5)

práticos, os quais vão da produção agrícola à pecuária, à produção artesanal e ultimamente à produção de sabão.

É necessário que a actividade dos nossos alunos nas escolas não esteja divorciada da vida quotidiana das massas populares — a produção; é necessário que os nossos alunos pratiquem a partir da escola o princípio de nos apoiarmos nas nossas próprias forças; é necessário que os nossos alunos se habituem a conjugar a teoria com a prática para que aquela possa ser útil. Eis a razão que faz com que a FRELIMO dê grande importância aos trabalhos práticos.

Nesta fase a nossa escola também se esforça por resolver certos problemas que resultam da vida diária, para os quais procura solução na medida do possível. São sobretudo problemas da vida diária das populações, tais como a falta de sabão. Produção que ao encontrar a resposta imediata faz com que as populações sintam que esta escola se encontra ao seu serviço.

Do exposto, podemos constatar que o educador tem uma tarefa de extrema importância na nossa revolução porque a ele está confiada a tarefa de preparar a nova geração que amanhã ombreará a responsabilidade de conduzir a revolução para um nível superior. A ele está confiada a tarefa da destruição da velha mentalidade, em todas as suas formas, e edificação da Nova Mentalidade.

É impossível realizarmos este programa de Educação se não tivermos uma inabalável disciplina revolucionária. Como diz o nosso Presidente camarada Samora Moisés Machel, que a disciplina é a sentinela da Política. Uma vez que a disciplina não seja mantida, a nossa Política será atingida pela bala do inimigo — disto já possuímos experiências amargas. Como ilustração podemos recordar o que aconteceu na nossa primeira escola secundária, que funcionava nas instalações do Instituto Moçambicano. Quando se debilitou a disciplina, sofremos revezes políticos bastante amargos. Esta experiência serviu-nos de lição para o futuro. A nossa sentinela disciplina disparará sempre que necessário.

Espera-se ter apresentado em traços largos o sistema de Educação da FRELIMO que é o resultado de seis anos de luta sangrenta contra um inimigo feroz que a todo o momento nos pretende liquidar; é o fruto do sangue de muitos camaradas que tombaram para que isto se pudesse realizar. É portanto nossa obrigação lutar para a sua conservação e seu desenvolvimento. (6)

INTERVENÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO

1971 — Na comemoração do 25 de Setembro, em 1971, o Presidente S. M. Machel fez um discurso em que resumia a situação nacional e internacional, de que citamos um breve apontamento:

GUERRA DE LIBERTAÇÃO CONTRA GUERRA INTER-RACIAL

Este ano, porque as forças armadas inimigas sofreram grandes revezes, porque se estendeu a zona de combate, porque as nossas forças mantiveram uma ofensiva constante, o inimigo, apesar das suas intenções e ameaças, foi incapaz de lançar qualquer ofensiva terrestre de envergadura. Daí resultou a intensificação de acções criminosas e bárbaras contra o povo: massacres de populações, bombardeamentos e incursões contra celeiros e machambas, incêndio e pilhagem de povoações. A acção terrorista portuguesa é combinada, cinicamente, com uma acção psicológica de sedução, promessas políticas, tão demagógicas quanto vazias de conteúdo, como por exemplo a de autonomia.

Esta situação, esta nova táctica de duplicidade do inimigo, leva-nos a analisar a situação presente.

A guerra de libertação começou a atingir as zonas sensíveis do inimigo. O nível de baixas portuguesas, em homens e material, aumenta rapidamente, as zonas de confrontação estendem-se em todas as direcções. Os colonialistas encontram-se na situação de um homem rodeado de vários incêndios, que corre a apagar o fogo na direita para sentir logo intensificada a chama que se encontra à esquerda. Os colonialistas estão desnorteados: com a operação "Nó górdio" em 1970, pensavam apagar o fogo em Cabo Delgado, o fogo não se apagou em Cabo Delgado e o incêndio até se estendeu a sul do Zambeze e do eixo Montepuez-Porto Amélia. Depois quiseram-se concentrar em Cabora Bassa para se aperceberem que os nossos combatentes tinham transformado Cabora Bassa numa ilha, isolada do resto do país. Hoje, o inimigo português compreendeu a imensidade do seu fracasso, mas não pode aceitar a sua derrota.

O inimigo procura actualmente atingir três objectivos, a fim de salvar os seus interesses:

1 — Modificar a natureza da nossa guerra;

2 — Internacionalizar mais ainda a guerra;

3 — Criar confusão no nosso seio.

A nossa guerra é uma guerra de libertação nacional, contra o colonialismo português, contra o imperialismo, contra a exploração do homem pelo homem. Os colonialistas querem que a nossa guerra cesse de ser uma luta contra o explorador para se transformar numa guerra contra o povo português, que a luta deixe de ser contra o imperialismo, para ser uma guerra entre o povo negro de Moçambique e a população branca de Moçambique, uma guerra inter-racial. Para atingir este objectivo, sistematicamente, Portugal expulsa populações africanas das suas terras férteis para aí introduzir populações europeias.

Se o governo português expulsa os moçambicanos das suas terras, para aí introduzir colonos, o seu objectivo é sobretudo de forçar o aparecimento de contradições entre o povo de Moçambique e o povo de Portugal. Ao fazer isso, o colonialismo dirá aos camponeses brancos que será preciso defender as suas terras contra os africanos, ao mesmo tempo, criará um ódio nas populações africanas contra os que ocupam as suas terras. Transformar a natureza da nossa guerra é levar-nos a criar confusão na definição do inimigo, é criar confusão no alvo para as nossas armas.

Uma grande responsabilidade pesa sobre a FRELIMO e o Povo moçambicano: evitar a deturpação de conteúdo do nosso combate fazendo as massas assumir cada vez mais profundamente a definição do inimigo, fazer compreender aos portugueses e moçambicanos brancos, que a nossa luta não é contra eles, que eles só têm a ganhar da derrota do colonialismo e do fascismo português.

Os colonialistas procuram também internacionalizar ainda mais a guerra contra o nosso povo. Apesar do efectivo inimigo atingir já mais de 70 mil homens vindos de Portugal, este efectivo não se encontra em condições de deter a progressão das nossas forças. As tentativas portuguesas de impedir o nosso avanço, fracassam e resultam em baixas crescentes entre as forças portuguesas. (13)

1972 — No décimo aniversário da fundação da FRELIMO, S. M. Machel proferiu um discurso, sintetizando a rica experiência de luta da organização.

A UNIDADE É A FORÇA MOTRIZ DA REVOLUÇÃO

O inimigo também compreendeu qual é a base da nossa força, e é por isso que ele reforça as suas campanhas contra a unidade do povo moçambicano tanto nas zonas libertadas como nas zonas que ele ainda ocupa.

Entre as tácticas utilizadas pelo inimigo, é importante salientar o tribalismo, o regionalismo e o rascismo. A experiência da nossa luta tem-nos mostrado que o tribalismo, o rascismo, e o regionalismo não têm base real mas são sempre fomentados pela ambição e pela sede de poder. Pela sua utilização, o inimigo procura suscitar diferenciações no seio do nosso povo; outros métodos consistem na criação de pequenos grupos a quem se dão privilégios a fim de os isolar das massas e fazer deles agentes para a perpetuação da dominação colonial. É com este fim que as autoridades portuguesas adoptaram recentemente a política de elevar os salários de certos moçambicanos que eles pensam poder assim ganhar à sua causa. Diante do aumento irresistível das forças nacionalistas, e dado que as suas forças começam a escassear, o inimigo tem-se lançado ultimamente numa grande campanha de recrutamento forçado de elementos moçambicanos com o objectivo de os opor aos combatentes da FRELIMO.

O inimigo procura também subverter o carácter da nossa luta, tentando levar a população branca a participar activamente na guerra contra o nosso povo — já tivemos ocasião de denunciar a política colonialista de fixação de colonos nas terras férteis, de onde a população africana é expulsa, política que tem como objectivo transformar a nossa guerra em guerra racial, em guerra contra o homem branco. Com o mesmo intuito de subversão, o inimigo procura infiltrar agentes na nossa zona que disfarçados e vestidos como militantes da FRELIMO cometem crimes contra o povo com o intuito de desprestigiar a nossa organização.

É necessário por isso que todos os moçambicanos de todas as regiões, origens e raças, reforcem a sua vigilância contra estas manobras, através das quais o inimigo tenta prolongar a sua sobrevivência.

A todos os moçambicanos compete neste momento reforçar a unidade, consolidar a consciência nacional e aprofundar os objectivos do nosso combate.

Devemos por isso fazer um combate constante contra todas as manifestações de tribalismo, de regionalismo e rascismo, que são minas colocadas pelo inimigo no nosso seio. Devemos para isso procurar conhecer profundamente o nosso país, procurando conhecer outras regiões, convivendo com elementos originários de outras zonas, combatendo qualquer sentimento de superioridade ou de inferioridade no nosso seio, a fim de podermos conhecer-nos mutuamente, e mutuamente fundir as nossas tradições, conhecimentos e experiências num tronco comum.

É reforçando a nossa unidade e definindo correctamente os objectivos do nosso combate contra a dominação colonial e imperialista e contra a exploração do homem pelo homem, que poderemos assestar as nossas armas contra o inimigo verdadeiro. O nosso combate não se dirige contra o povo português, nem contra nenhum povo, qualquer que seja a cor da sua pele. O nosso combate visa a liquidação completa do sistema colonial e de todos os seus vestígios.

Por esta razão, a FRELIMO renova o seu apelo aos soldados portugueses do exército colonial para que cessem de ser instrumentos de um sistema de dominação que os oprime no seu próprio país, e que recusem participar numa guerra criminosa contra as legítimas aspirações do povo moçambicano à independência.

Aos soldados moçambicanos no exército colonial, a FRELIMO lembra que o seu dever é participar activamente na luta de libertação recusando ser cúmplice do opressor estrangeiro.

Aos moçambicanos que se encontram nas zonas ocupadas, a FRELIMO dirige os maiores encorajamentos e exorta-os a resistir às manobras do inimigo e a continuar a preparar-se para a luta armada.

A todos os moçambicanos, assim como aos povos de todo o mundo solidários da justa luta do povo moçambicano, a FRELIMO reafirma solenemente a sua determinação de prosseguir sem desfalecimentos o combate até à vitória final.

Ao comemorar o décimo aniversário da sua fundação, que representa um marco importante na nossa história a FRELIMO, em nome de todo o povo moçambicano presta homenagem sincera e comovida a todos aqueles que se baterem pela unidade e pela liberdade da nossa terra, a todos aqueles que se sacrificaram para fazer do nosso povo, do nosso país, da nossa organização o que eles são hoje. Entre todos, ao Primeiro Presidente e fundador da FRELIMO, camarada Eduardo Chivambo Mondlane, artesão incansável da nossa unidade, cujo exemplo de militância e sacrifício simboliza o espírito combatente do nosso povo, e cujos ensinamentos continuarão a guiar-nos no caminho da libertação completa do nosso país.

Reforcemos a nossa unidade, determinação e espírito combativo, para fazer avançar a nossa luta e tornar assim mais próximo o dia da nossa vitória final. (14)

NOTAS

(1) Extractos de "Os primeiros passos" *in Dados para a história da FRELIMO*, "cadernos '25 de Junho'".

(2) Extractos de "Os primeiros passos" *in Dados para a história da FRELIMO*, "Cadernos '25 de Junho'"

(3) *Proclamação ao Povo Moçambicano, in* "Bullettin d'information — FRELIMO", Outubro de 1964.

(4) Extractos de "Forjando a linha política", *in Dados para a história da FRELIMO*, "Cadernos '25 de Junho'".

(5) Entrevista dada pelo Presidente Samora Machel ao Sunday News da Tanzânia.

(6) *In* "Liberation Afrique".

(7) Extractos de "Forjando a linha política" *in Dados para a história da FRELIMO*, "Cadernos '25 de Junho'".

(8) Extracto de *No trabalho sanitário materializemos o princípio de que a revolução liberta o povo*, Departamento de Informação e Propaganda da FRELIMO, Dezembro de 1973.

(9) Extracto da "Resolução sobre a luta armada" do II Congresso da FRELIMO, Julho de 1968.

(10) Extractos de *A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo* discurso na 1.ª Conferência das Mulheres Moçambicanas, 1971.

(11) Extractos da "Declaração geral" do II Congresso da FRELIMO, Julho de 1968.

(12) *in* "A Voz da Revolução", Janeiro de 1970.

(13) Extractos da mensagem do Presidente da FRELIMO em 25 de Setembro de 1971.

(14) Extractos da mensagem do Presidente da FRELIMO em 25 de Junho de 1972.

A FRELIMO E O 25 DE ABRIL

A derrota da operação "Nó Górdio", cavalo de batalha de Kaúlza de Arriaga para a Presidência da República foi um golpe decisivo para as forças colonialistas, que tinham empenhado grandes meios, militares e propagandísticos, no que se revelou ser o princípio do fim do mais velho império colonial.

A necessidade de empregar cada vez mais homens e meios financeiros na guerra, acelerava a dependência de Portugal em relação aos seus credores e fornecedores e agudizava ainda mais as contradições que dilaceravam o país com nova intensidade desde 1961.

A par com o discrédito total da política de Caetano surgiram os mais de cem mil desertores e refractários, e um sentimento generalizado anticolonialista no seio das forças armadas portuguesas, que determinou em grande parte o 25 de Abril e, numa fase mais avançada, o estabelecimento de relações de tipo novo com os movimentos de libertação.

Após a queda de Caetano, a democracia política foi restabelecida em Portugal mas, nas colónias, a situação pouco se alterou. A questão da descolonização era controversa e, no seio do poder, certos elementos opunham-se à independência nacional destes países e desejavam pôr fim à guerra para estabelecer uma nova forma de dominação colonial. Esta era a situação quando o Governo Português estabeleceu os primeiros contactos com a FRELIMO, com vistas a conversações bilaterais.

O PRIMEIRO ENCONTRO DE LUSAKA

A 5 e 6 de Junho encontrava-se em Lusaka uma delegação da FRELIMO, dirigida pelo seu presidente e uma delegação portuguesa, dirigida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros. No início da reunião, Samora Machel expôs a posição da sua organização, que foi transmitida para Lisboa. Disse o presidente:

"O fascismo foi derrubado em Portugal mas o colonialismo continua em força no nosso País, bem como nas outras colónias sob dominação portuguesa. É um facto de que temos de ter em conta. Claro que a situação não foi criada pelo actual governo português que aqui representa. No entanto, esta situação existe e tem de acabar.

Infelizmente ainda não podemos falar do colonialismo no pretérito perfeito. Seria um erro que conduziria a novos sacrifícios se fechássemos os olhos à feia realidade que subsiste no nosso País. É para liquidar o colonialismo que viemos aqui, respondendo ao pedido que nos fez o Governo português. (...)

A paz é inseparável da independência. Só a independência nacional pode pôr cobro à guerra. Portanto consideramos que não pode haver negociações frutuosas senão na base da aceitação inequívoca do direito do povo moçambicano, representado pela FRELIMO, à independência nacional total e completa. Não há colonialismo democrático. O povo moçambicano não verteu o sangue dos seus melhores filhos por vagos objectivos ou liberdades ilusórias, mas por um direito sagrado e inalienável — a independência nacional.

O CAMINHO PARA A PAZ

Mais adiante, o presidente S. Machel precisou os seguintes pontos:

"1. O Governo Português quiz ter um encontro com a FRELIMO.

2. Como a política da FRELIMO foi sempre aceitar o diálogo, a nossa organização acedeu ao pedido português. Para enviar uma delegação capaz de negociar adequadamente, a FRELIMO estudou todos os factores que pudessem levar à paz e a uma política de amizade e cooperação em benefício mútuo dos nossos Povos.

3. Como é óbvio, a paz só pode ser alcançada com a resolução do antagonismo entre o povo moçambicano e o colonialismo português.

4. Só há duas maneiras de resolver esse antagonismo:

a) A guerra popular de libertação, ou,
b) O reconhecimento do nosso direito à independência nacional.

5. Ao contrário dos governos fascistas de Salazar e Caetano, o novo governo quer afastar a primeira alternativa, o que corresponde às aspirações pacíficas do povo português, tal como do nosso.

6. No entender da FRELIMO, a exclusão da primeira alternativa obriga a:

a) Reconhecimento da FRELIMO como legítimo representante do povo moçambicano;
b) Reconhecimento do direito do povo moçambicano à independência completa na sua integridade territorial;
c) Aceitação da transferência da soberania ainda exercida pelas autoridades portuguesas para instituições do povo moçambicano, por outras palavras, para a FRELIMO.

7. Uma vez reconhecidos estes princípios, a FRELIMO estará em posição de negociar com o governo português o seguinte:

a) Garantias para os cidadãos portugueses sobre os seus legítimos interesses;
b) O mecanismo e implicitamente o calendário da transferência de poderes.
c) O cessar-fogo."

A delegação portuguesa não tinha mandato para tratar destes assuntos, tinha apenas poderes para tratar do cessar-fogo que se pretendia obter. No entanto, reconheceram a situação, o prosseguimento da luta armada, como ficou reflectido no comunicado conjunto, em que se adiavam as conversações para Julho.

Este encontro veio a ser adiado e, em 24 de Julho o presidente da FRELIMO fazia a seguinte mensagem.

A FALÊNCIA DO REGIME COLONIAL-FASCISTA

Vivemos um momento exaltante da nossa história em que a luta armada de libertação nacional, a resistência patriótica das massas unidas pela FRELIMO do Rovuma ao Maputo provoca o desmoronamento do regime colonial português.

A determinação inabalável do nosso combate e dos povos irmãos de Angola e da Guiné-Bissau conduziu à falência o regime colonial fascista de Marcelo Caetano. O legítimo dever internacionalista de solidariedade permite-nos afirmar que com a nossa luta, os nossos sacrifícios, já contribuímos para libertar o povo português nosso aliado, duma longa a abominável opressão. O nosso combate foi benefiar os outros povos porque sempre soubemos definir com correcção a natureza do inimigo, dos alvos, objectivos e métodos da luta. As vitórias da nossa guerra popular de libertação ligadas à queda do regime fascista na metrópole colonial criaram condições para que nas zonas ocupadas, largas massas do nosso povo afirmasse clara e públicamente a sua decisão de conquistar o direito mais sagrado e inalienável. A independência total e completa de Moçambique. Face a esta situação, o colonialismo intensifica as suas manobras: revestindo-se de uma fachada de democracia que sempre -combateu e combate, o colonialismo, desesperadamente, lança em novos e vazios jogos de palavras. Armando-se em defensor do povo que sempre oprimiu e oprime, o colonialismo tenta, sem pudor, disfarçar-se em defensor das massas. Criador de divisões, fomentador do racismo, o colonialismo pretende ainda apresentar-se como promotor da coexistência e relações harmoniosas entre os diversos grupos linguísticos que compõem o nosso povo. Derrotado numa das mais sangrentas guerras coloniais, o colonialismo põde ainda perguntar ao nosso povo se desejava ser independente. Bárbaro agressor, responsável por massacres selvagens, criminoso de guerra, o colonialismo diz-se agora pacífico. Em vão. O povo desmascara e rechaça a manobra.

Anonimamente, moçambicanos e moçambicanas de todas as raças, e crenças religiosas e origens sociais, identificam-se com a FRELIMO. Regeitam as manobras divisionistas dos grupos fantoches criados pelo inimigo.

Combatem intransigentemente as tentativas de perpetuar o colonialismo sob velhas e novas formas. Nas plantações, nas fábricas, na estiva, nos caminhos de ferro, repartições, nas escolas, na universidade, nas comunidades religiosas, no seio do exército colonial, em todas as zonas ainda ocupadas pelo inimigo, em todos os sectores do trabalho, desenvolve-se impetuosa a luta do nosso povo pela independência nacional contra o colonialismo e a sua guerra de agressão. A unidade do nosso povo, a sua firmeza, permitem que continuamente se alastre a nossa luta libertando a terra e os homens da dominação inimiga. Vemos assim na Província da Zambézia que, embora iniciada há menos de um mês, a luta cobriu já mais de um terço da Província, mobilizando o ímpeto libertador de negros e brancos irmanados na sua personalidade moçambicana: decisão de conquistar a independência da Pátria. Em poucas semanas mais cinco mil patriotas voluntariaram-se para ingressar nas fileiras das forças populares de libertação de Moçambique. Moçambicanos de todas as raças, forçados a ingressar no exército colonial, desertam e utilizam as suas armas para defender os interesses populares. Com profunda alegria, o Povo Moçambicano saúda a deserção de mais de um milhar de soldados do exército colonial, na maioria pertencentes aos grupos especiais GE e grupos especiais pára-quedistas GEP. Estes nossos irmãos compreenderam que o colonialismo os queria transformar em agressores do seu povo. Eles decidiram colocar-se ao lado das massas, manifestar a sua personalidade de patriotas moçambicanos, combaterem pela liberdade.

A NAÇÃO MOÇAMBICANA

Este magnífico despertar da consciência estende-se a todas as regiões do nosso país. Sujeitos à intoxicação da propaganda colonial-fascista, vítimas de numerosas provocações cometidas pelos terroristas, nítida influência de uma Rodésia fascista, a população branca de Vila Pery, convencida pelas nossas acções que a FRELIMO é o verdadeiro defensor dos interesses do Povo, os que vivem do trabalho honesto, querem construir um novo Moçambique: fazendeiros e madeireiros, encabeçados pelo Governador de Distrito vieram encontrar os nossos combatentes, com o objectivo de transformar o seu Distrito numa zona de Paz. A FRELIMO felicita a população branca de Vila Pery, pela sua tomada de consciência — acto histórico, promissor para o futuro da nossa Pátria, suceptível, desde já, de criar novas zonas de Paz no nosso País. A criação de zonas de Paz, significa a vitória do combate unitário do povo pela Independência Nacional, significa iniciar em mais uma região o processo de reconstrução nacional, significa iniciar em mais uma região o processo de reconstrução nacional, e instauração do poder popular e democrático. Para que essa Paz se torne real na cidade de Vila Pery e nas zonas circunvizinhas, importa que, as autoridades de facto, administrativas e militares, sigam escrupulosamente as instruções que lhes serão dadas pelos dirigentes locais da FRELIMO, representantes legítimos da vontade do poder popular. Essencialmente essas instruções implicarão: numa primeira fase, neutralização do exército colonial de ocupação,a permissão para os soldados moçambicanos de todas as raças de regressarem às suas casas, de virem para as zonas libertadas, desarmamento de milícias e forças privadas e a tomada de medidas enérgicas contra os grupos terroristas e agentes provocadores; simultaneamente importará desenvolver um trabalho político de mobilização e organização das massas negras e brancas para esclarecimento e consciencialização, para a descolonização mental, colectiva e individual, que a todos libertará de complexos de superioridade e inferioridade, com vista à consolidação da unidade nacional, instrumento fundamental para a conquista da nossa independência, força motriz do nosso desenvolvimento. A posição política da população de Vila Pery integra-se na larga corrente de transformações que se operam na nossa Pátria. De todas as zonas ainda ocupadas pelo inimigo, chegam-nos numerosas mensagens, abaixo-assinados e cartas: operários, camponeses, estudantes, funcionários de todos os escalões incluindo os mais elevados, agricultores, comerciantes, industriais, membros de profissões, religiosos, organizações de toda a espécie, todos nos escrevem afirmando a sua adesão pela FRELIMO, o repúdio às manobras colonialistas incluindo o referendo e sublinhando a determinação em libertar a Pátria. Particularmente significativo para a FRELIMO são as cartas enviadas por pessoas que, não sendo naturais de Moçambique se radicaram nesta terra, identificando-se com o nodsso povo, como moçambicanos querem edificar a nossa Pátria. A todos saudamos e dizemos que a FRELIMO é o Povo Moçambicano e que nas nossas fileiras há lugar aberto para cada moçambicano e moçambicana, para todos os que se queiram afirmar como moçambicanos, incluindo os que, não sendo naturais de Moçambique, querem viver e construir um novo Moçambique.

A ATITUDE DOS MILITARES PORTUGUESES EM MOÇAMBIQUE

De primordial importância no momento actual é a posição tomada pelos soldados engajados à força pelo exército colonial numa guerra opressora. Todos nos congratulamos com a atitude corajosa e patriótica de 2 mil soldados de Boane e do Quartel de Engenharia de Lourenço Marques declarando o seu apoio à FRELIMO e à independência total. Tendo em fim a Paz real, os soldados recusaram justamente serem enviados para as zonas operacionais. De salientar que nos dois quartéis esta atitude foi apoiada por numerosos militares portugueses; da mesma maneira os fuzileiros navais estacionados no Chire, na província da Zambézia, recusaram ser engajados nas operações. Esta atitude dos soldados em Lourenço Marques, em Boane e no Chire não é isolada. Recebemos muitas mensagens de sargentos e praças inclusive oficiais de escalões superiores do exército colonial em Moçambique, declarando o seu apoio à causa da independência moçambicana e informando da sua repulsa em participarem em acções contra o nosso Povo e combatentes. Mas recentemente numa reunião no Q. G. de Nampula, grande número de oficiais superiores portugueses, pronunciaram-se pelo fim das operações contra o nosso Povo e combatentes. O Povo Moçambicano, militantes e combatentes e Comité Central da FRELIMO saúdam a tomada de posição dos esperanças e oficiais portugueses contra a guerra colonial, cancro que roi os nossos dois países. Eles compreenderam que se encontravam engajados numa guerra injusta ao serviço de interesses sórdidos. Estes militares, diariamente, na sua carne e consciência sofrem as consequências de uma política criminosa, verificaram que o prolongamento inútil da guerra estima-se simplesmente a criar as bases dum sistema que perpetue a exploração do nosso Povo e riquezas pelas companhias monopolistas e multinacionais estrangeiras. Estes praças, sargentos e oficiais que durante dez anos sofreram por interesses

alheios ao Povo Português, souberam assumir os laços de amizade entre os nossos Povos e querem conduzir e decerto contribuir para a consolidação desses laços. A estes nossos amigos dizemos que desde já, é possível instaurarmos a paz, desde que seja reconhecido o nosso direito fundamental à independência. Estas manifestações anónimas do Povo Moçambicano e dos soldados moçambicanos do exército colonial e agora dos próprios militares portugueses, demonstra claramente que o prosseguimento da guerra é a da responsabilidade exclusiva do governo colonialista português. O governo de Lisboa recusa ainda aceitar a vontade clara do Povo Moçambicano e do próprio exército português, por isso que agora não reconhece o direito do Povo Moçambicano à sua independência completa e total nem o princípio da transferência dos poderes, que ainda exerce, à FRELIMO, legítima representante do Povo Moçambicano. Esta obstinação é criminosa e contrária aos interesses comuns dos nossos Povos e destinam-se exclusivamente a retardar o fim da guerra e permitir em conivência com os sequazes do regime colonial-fascista a instalação de terceiras forças fantoches a soldo do imperialismo. As campanhas de provocação e terrorismo que envolvem vários pontos, nomeadamente as cidades de Lourenço Marques e Beira comprovam amplamente esta realidade. Tal como durante os regimes de Salazar e Caetano as forças reaccionárias portuguesas jogam com a vida dos filhos do Povo Português no exército colonial para salvaguardar os seus interesses mesquinhos. Neste contexto recai uma responsabilidade particularmente grave sobre a nova administração colonial de Moçambique, encabeçada pelo governo de Soares de Melo. Esta administração apenas representa e exprime os interesses estrangeiros, os interesses do colonialismo. A sua tolerância e colaboração com elementos fascistas e racistas, a sua passividade perante as provocações incríveis dos terroristas, a sua caução à agressão colonial mostram definitivamente aqueles que ainda tinham ilusões que, conforme a FRELIMO declarou já aquilo a que o governo português chama de Governo Provisório não é senão uma administração colonial. O Povo Moçambicano inteiro, unido do Rovuma ao Maputo sob a bandeira da FRELIMO quer a liberdade, a paz e independência que são inseparáveis.

O colonialismo português será batido, o Povo Moçambicano vencerá. Lancemos a palavra de ordem mobilização. Organizemo-nos numa larga frente unitária para a independência nacional e a paz.

A LUTA CONTINUA
INDEPENDÊNCIA OU MORTE
VENCEREMOS

OS CESSAR-FOGO LOCAIS

Entretanto, no território de Moçambique, muitas unidades trataram de contactar a FRELIMO para estabelecer o cessar-fogo a nível local, declarando o seu apoio à FRELIMO.

As conversações interrompidas foram retomadas secretamente, em Dar-es-Salam, entre a FRELIMO e uma delegação conduzida por um destacado elemento do MFA. De 5 a 7 de Setembro as delegações da FRELIMO e do governo português, dirigida pelo MFA, reuniram-se de novo em Lusaka.

O ACORDO DE LUSAKA

Portugal reconhece a FRELIMO como único legítimo representante do seu povo, aceita a transferência dos poderes que detinha em Moçambique para a FRELIMO e é estabelecido o cessar-fogo. As duas partes assinam um acordo em que se declara que seria designado um Governo de Transição com o acordo de ambas as partes e que a independência completa se proclamaria a 25 de Junho de 1975.

Dirigindo-se ao Presidente Kaunda, à delegação portuguesa e aos políticos zambianos, após a assinatura do acordo, o presidente S. M. Machel declarou:

"Após 500 anos de opressão colonial, depois de dez anos de luta armada conduzida pela FRELIMO o povo moçambicano conseguiu impôr o reconhecimento dos seus direitos.

Esta vitória da histórica coragem do povo moçambicano, da inabalável determinação com que suportou e venceu os rigores da repressão colonial-fascista na luta clandestina, que conseguiu vencer as dificuldades da guerra."

Depois de referir o papel de E. Mondlane e a solidariedade entre os povos das ex-colónias e com os países progressistas africanos, acrescentou:

"A nossa luta foi uma luta popular e por isso conseguimos criar um povo unido, consciente, organizado, mobilizado e estruturado. A unidade foi a principal arma na nossa vitória.

Em cinco séculos, o colonialismo trouxe-nos o racismo e o ódio racial. Em dez anos de luta, o nosso povo descobriu de novo o princípio universal de que o colonialismo não tem cor nem tem raça, que a exploração e o imperialismo não têm terra e, assim, pudemos transformar o ódio em vontade de construir."

O passo seguinte foi, como previsto no Acordo de Lusaka, a constituição de um governo de transição, que tomou posse no dia 20 de Setembro de 1974. Nessa ocasião, Samora Machel dirigiu-se ao povo moçambicano numa importante mensagem, em que afirmava:

Hoje, pela primeira vez na História de Moçambique, são camaradas que são nomeados para os postos de governação.

Dizermos camaradas é pronunciar uma palavra regada pelos sacrifícios e pelo sangue. São camaradas os que combateram na clandestinidade, os que sofreram torturas e morte nas prisões, os que ofereceram o seu corpo e a sua inteligência nos campos de batalha, os que edificaram a liberdade, os que construíram o que somos, os que devotaram a sua vida ao serviço do nosso Povo, sabendo materializar as suas aspirações.

Os camaradas que hoje recebem a difícil tarefa de conduzir o aparelho de Estado até à proclamação da Independência são precisamente representantes do Povo na direcção do Estado.

Essa representatividade foi ganha nas diversas e duras tarefas da luta político-militar de libertação nacional. Todos eles são veteranos do combate popular, temperados na mais dura escola de governação: a luta de libertação nacional e de reconstrução das zonas libertadas.

Que ninguém pretenda ver neles representantes de uma raça, etnia, região ou crença religiosa. Eles representam o Povo trabalhador, os seus sacrifícios e as suas aspirações, o Povo inteiro do Rovuma ao Maputo, sem distinção de raça, etnia ou religião. Ninguém lutou por uma região, por uma raça, por uma tribo, por uma religião. Lutamos e continuaremos a lutar todos pela mesma nação, pelo ideal único da libertação da nossa terra e do nosso Povo.

Esta autenticidade de representantes do Povo na direcção do Estado não se limita porém a uma afirmação: ela deve ser manifestada através do conteúdo da acção governativa e dos seus métodos de trabalho.

O QUE É GOVERNAR?

Governar não é publicar leis ou decretos cujas razões as massas não compreendem mas que todos devem executar para não serem punidos.

Para governar é preciso conhecer exactamente os interesses das massas trabalhadoras, formulados e discutidos com elas e não somente em nome delas. Governar significa ser capaz de materializar esses interesses nas decisões tomadas.

Governar é constantemente estar-se ligado às massas para auscultar as suas preocupações, discutir com elas para em conjunto encontrar a decisão correcta, não desprezar o detalhe do quotidiano sob o pretexto de que é um pequeno problema; quando se trata da vida do Povo não há problemas que sejam pequenos.

Uma decisão assim tomada é mobilizadora, e qualquer dificuldade e obstáculo que surjam serão vencidos, pois que o Povo compreendeu a decisão e a fez sua.

Por outro lado, o Governo não poderá resolver nenhum problema se permanecer fechado num edifício governando através de métodos burocráticos e administrativos. A solução dos problemas das massas e do País, antes de ser administrativa, é política. Por isso, é a linha da FRELIMO, forjada na luta intransigente pela defesa dos interesses das massas, que deve guiar a acção do Governo, é a FRELIMO que deve guiar a acção do Governo, é a FRELIMO que deve orientar o Governo e as massas.

Ao nível de cada fábrica, de cada repartição, de cada serviço, de cada estabelecimento comercial, ao nível de cada empresa agrícola devem constituir-se Comités do Partido que ponham em aplicação as palavras de ordem da FRELIMO e do Governo de Transição, libertando a iniciativa e pondo em movimento a capacidade criadora das massas.

Assim realizaremos a nível de todo o País a Democracia real que constitui Princípio essencial da FRELIMO e pelo qual se tem guiado a vida política no seio da Organização e a reconstrução Nacional nas zonas libertadas.

O Governo Democrático Popular da FRELIMO também se distingue do Governo colonialista pelo seu estilo de trabalho colectivo, pela eliminação da compartimentação entre sectores de trabalho. Deste modo e só deste modo a acção do Governo será uma acção harmoniosa e eficaz.

A acção do nosso Governo deve ser em primeiro lugar dirigida pela nossa política. Nunca devemos sobrepor a técnica à política. Isto significa concretamente que em cada unidade produtiva, em cada Ministério, em cada serviço público através de todo o nosso País, o nosso esforço principal deve ser o de desenvolver a consciência do Povo no seu destino, a consciência de que a construção de Moçambique, a liberdade, significa trabalho, liquidação da preguiça e da miséria.

OS DIRIGENTES E A MORAL REVOLUCIONARIA

Queremos chamar a atenção ainda sobre um aspecto fundamental: a necessidade de os dirigentes viverem de acordo com a política da FRELIMO, a exigência de no seu comportamento representarem os sacrifícios consentidos pelas massas. O poder, as facilidades que rodeiam os governantes podem corromper facilmente o homem mais firme.

Por isso queremos que vivam modestamente e com o Povo, não façam da tarefa recebida um privilégio e um meio de acumular bens ou distribuir favores.

A corrupção material, moral e ideológica, o suborno, a busca do conforto, as cunhas, o nepotismo, isto é, os favores na base da amizade, e em particular dar preferências nos empregos aos seus familiares, amigos ou a gente da sua região que fazem parte do sistema de vida que estamos a destruir. O tribalismo, o regionalismo, o racismo, as alianças sem princípios constituem atentados graves contra a nossa linha e dividem as massas. Porque o Poder pertence ao Povo, quem o exerce é servidor do Povo.

Quem desviar assim a nossa linha não encontrará qualquer tolerância da nossa parte. Seremos intransigentes nesta questão como o fomos durante os duros anos de guerra. Não hesitaremos nunca em expor perante as massas as acções cometidas contra eles. Os desvios da linha suscitam as contradições, as brechas por onde penetra o inimigo, o imperialismo e as forças reaccionárias.

Para que se mantenha a austeridade necessária à nossa vida de militante e assim se guarde o sentido do Povo e dos seus sacrifícios, todos os militantes da FRELIMO que receberem tarefas de governação do Estado tal como no passado devem renunciar às preocupações materiais, nomeadamente aos vencimentos. É evidente que por maioria de razão não se pode tolerar que um representante nosso possua meios de produção, ou explore o trabalho de outrem.

Combatemos durante dez anos sem qualquer preocupação de ordem financeira individual, empenhados apenas em consagrar toda a nossa energia ao serviço do Povo. Esta é a característica do militante, do quadro, dos dirigentes da FRELIMO.

Como o fizemos sempre, de acordo com as nossas possibilidades, procuramos assegurar ao militante que cumpra uma tarefa o mínimo de condições materiais indispensáveis ao seu trabalho, ao seu sustento e da sua família. Mas também não nos devemos esquecer que muitas vezes combatemos e vencemos descalços, esfarrapados e com fome.

Sublinhamos ainda que, assim como fizemos guerra sem horário de trabalho, sem dias de descanso, nos devemos empenhar com o mesmo espírito na batalha da reconstrução nacional.

Queremos com isto dizer que como sempre o factor decisivo da nossa vitória é a identificação e aplicação da nossa linha, a rejeição do luxo, a luta contra a corrupção, empenharmo-nos na austeridade, na luta contra o esbanjamento.

A palavra de ordem é trabalho e sacrifício.

A FRELIMO DIRIGE O GOVERNO

Para que o Governo seja realmente capaz de assumir o interesse das massas trabalhadoras e nunca se desvie do serviço do Povo, é fundamental que se mantenha constantemente sob a Direcção da FRELIMO.

É na FRELIMO que se encontram as massas organizadas e conscientes dos seus verdadeiros interesses, é na FRELIMO que se encontram militantes forjados e temperados na luta popular, garantia de defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores e da Revolução. Só a FRELIMO, por isso, é capaz de organizar e enquadrar, orientar e dirigir os milhões de moçambicanas e moçambicanos na presente batalha pela edificação do Poder Popular Democrático e pela reconstrução nacional.

O Governo é o instrumento da FRELIMO ao nível do Estado, é o braço executivo da vontade popular. Amputado o braço do corpo, rapidamente apodrece e decompõe-se.

O Poder de Estado foi conquistado pela luta do nosso Povo, unido pela nossa linha correcta, sob a direcção da FRELIMO. Quando começamos, as massas populares não estavam organizadas, não tínhamos nem armas nem o poder do Estado. O colonialismo tinha as massas submetidas, forças económicas e militares, o aparelho do Estado. O colonialismo tudo perdeu porque não tinha o povo com ele, não possuía a linha correcta, a direcção justa.

Isto significa que o Governo se desviar dos interesses do Povo, se afastar da linha e direcção da FRELIMO, tal como o regime colonial-fascista será inevitavelmente derrubado.

ESTABELECER O PODER POPULAR PARA SERVIR AS MASSAS

Celebramos neste ano de 1974 o X aniversário do desencadeamento da nossa luta armada. Dez anos durante os quais inúmeros militantes e o Povo aceitaram toda a espécie de sacrifícios e todo o tipo de privações, dez anos a superar dificuldades e a provarmos que somos capazes de alcançar a vitória.

Começamos já a conhecer a vitória. Em regiões cada vez mais vastas da nossa Pátria o Povo já compara e diz "antes da Revolução" e "hoje". O nosso Povo começa a saborear o fruto da sua luta. Mas ao mesmo tempo todos estamos conscientes que a vitória final não é para amanhã e que um longo caminho ainda nos espera.

Qual a razão dos nossos sacrifícios? Porque motivo o inimigo se mostra tão intransigente e cruel? E porque razão, apesar da condenação de todos os homens justos no mundo, ele continua a encontrar os apoios e ajudas necessários para prosseguir os seus crimes?

Será que tudo isto tem lugar apenas porque queremos a nossa independência?

Mas afinal em 1143 e em 1640 Portugal também lutou pela sua independência. Os Estados Unidos que hoje apoiam o colonialismo português fizeram no século XVIII uma guerra para se libertarem do colonialismo britânico e serem independentes. A França e a Inglaterra que financiam e armam Portugal fascista e colonialista, lutaram ainda há poucos anos, de 1939 a 1945, contra o fascismo hitleriano, sofrendo grandes perdas e sacrifícios a fim de preservarem a independência nacional. A volta de Moçambique encontramos muitos países independentes, Madagascar que era colónia francesa, Tanzania, Zâmbia, Malawi, Swazilândia, antigas colónias britânicas. E todos estes países tornaram-se independentes através de negociações entre a potência colonizadora e a colónia.

Porque razão a Inglaterra e a França aceitaram reconhecer à maioria das suas colónias o direito à independência, e hoje apoiam uma guerra colonial?

Porquê então dez anos de guerra colonial, dez anos de bombardeamentos, dez anos de massacres de populações, dez anos durante os quais a OTAN e os países ocidentais têm feito tudo para ajudar Portugal? Nós dizemos frequentemente que no curso da luta a nossa grande vitória foi saber transformar a luta armada de libertação nacional em Revolução. Por outras palavras, o nosso objectivo final de luta não é içar uma bandeira diferente da portuguesa, fazer eleições mais ou menos honestas em que pretos e não os brancos são eleitos, ou ter no Palácio da Ponta Vermelha em Lourenço Marques um Presidente preto, em vez dum governador branco. Nós dizemos que o nosso objectivo é conquistar a independência completa, instalar um Poder Popular, construir uma Sociedade Nova sem exploração, para benefício de todos aqueles que se sentem moçambicanos.

É aqui que se encontra a explicação da guerra. Como um homem assaltado de piolhos é obrigado a mergulhar a roupa na água a ferver para liquidar os piolhos sem se interessar pela cor ou origem dos piolhos, nós fomos obrigados a aceitar mergulhar o nosso país no fogo da guerra para liquidar a exploração, qualquer que seja a sua origem ou cor dos seus agentes.

O que está em causa é pois o estabelecimento do Poder Popular que afirma a nossa independência e personalidade e liquida a exploração, o que implica a destruição do Poder dos exploradores que a fomenta.

É por isso mesmo que os países imperialistas que vivem da exploração vêm socorrer Portugal porque estão interessados em que a exploração continue.

Hoje, graças à nossa luta, um Poder novo constrói-se na nossa Pátria.

Dez anos de Poder da FRELIMO não é muito. Jovens que somos assumimos responsabilidades que esmagam os velhos. O Poder dos exploradores tem centenas e milhares de anos de experiência, enquanto o nosso Poder é jovem e ao mesmo tempo tem de resolver os problemas que o Poder milenário dos exploradores nunca conseguiu.

O Poder novo não é uma coisa abstracta. O Poder novo somos nós com todas as nossas insuficiências quem tem de o exercer.

De nenhuma nuvem vai descer o Homem Novo capaz de exercer o Poder novo.

A nossa responsabilidade é grande enquanto a nossa capacidade é ainda pequena. Mas temos uma grande vantagem que é decisiva: possuímos a linha de orientação correcta, as massas estão connosco.

Mas ao construirmos o nosso Poder, ao exercê-lo, trazemos em nós, nas ideias, nos hábitos e nos costumes, todas as deformações criadas pelo Poder antigo.

Por isso continuamente temos que rectificar os nossos métodos de trabalho, introduzir o bisturi da crítica e da autocrítica, para amputar a herança enorme, pesada e negativa que nos transmite a sociedade antiga.

Para este décimo aniversário que celebraremos em breve queremos analisar o nosso Poder, repensar a nossa actividade, estudar o que fizemos e o que resta para fazer e sobretudo corrigir as deformações.

Começaremos por estudar na primeira parte, o que é o poder, o que exprime e que valores incarna. Analisaremos a diferença que existe na origem, natureza, métodos e objectivos entre o Poder colonial capitalista e o Poder Popular construído sob a direcção da FRELIMO.

Ao abordarmos esta questão crucial estaremos em condições de compreender a razão porque o conflito entre nós e o inimigo é de tal maneira antagónico que só a guerra o pode resolver. Com efeito, a edificação do Poder Popular que exprime a subida ao Poder duma nova classe, só é possível quando a classe anterior e o seu Poder são derrubados. É ao assumirmos esta noção que estamos em condições de verificar a impossibilidade de conciliar os nossos interesses com os do inimigo, através de pretensas autonomias ou de independências, que salvaguardam a essência do Estado colonial capitalista.

A natureza popular do Poder em vias de edificação implica uma democracia profunda e real, que nunca existiu na História da nossa Pátria.

Assim como o Poder, a Democracia não é uma coisa abstracta: para que ela se exerça e possua um conteúdo concreto é necessário que organizemos as condições para a sua materialização. Por isso uma segunda parte é consagrada ao estudo da Democracia, nova experiência que pela primeira vez o nosso Povo vive.

Finalmente, porque nos nossos diversos centros o Poder Popular e Democrático já é exercido na prática, eles aparecem como laboratórios da nossa experiência e centros difusores da nossa linha e dos seus resultados práticos. Importa pois que precisemos como os nossos centros devem cumprir essa tarefa e quais os requisitos indispensáveis para que levem a cabo a sua missão histórica.

O PODER
DOS EXPLORADORES
É PARA OPRIMIR
O POVO.
O NOSSO PODER
É O PODER
DO POVO

No processo do desenvolvimento histórico das sociedades, entre os homens foram forjadas diversas relações sociais.

Na aurora da Humanidade quando se opera a transição dos símios em homens, os seres prê-humanos viviam em bandos errantes dominados pela preocupação de sobreviver. A totalidade do esforço era consumida imediatamente e frequentemente ela não conseguia satisfazer as necessidades básicas. Os seres prê-humanos alimentavam-se de raízes, frutos selvagens e cadáveres de animais.

Assim viveram durante centenas de milhares de anos os antepassados da Humanidade. A partir dum certo momento esses antepassados começam a utilizar ossos ou paus para escavarem as raízes, para caçar animais. Começam a utilizar instrumentos para produzirem a sua alimentação, a produção ainda que extremamente primitiva inicia-se, o símio dá lugar ao homem. A produção demarca o homem do animal e liberta o seu cérebro abrindo-lhe o caminho para o progresso.

Com o aparecimento da produção, numa primeira fase a colheita e caça, numa segunda fase a agricultura e a criação de gado, a Humanidade começa a desenvolver-se.

Surge a divisão do trabalho, o melhoramento dos instrumentos de produção e das técnicas de produção. Com isso o esforço produtivo do homem já consegue produzir mais do que aquilo que ele próprio necessita para subsistir. A produção cria um excedente.

O aparecimento de excedentes na produção fornece a base material, as condições objectivas para que surjam no seio da sociedade forças que procuram apropriar-se desses excedentes em detrimento dos que produziram.

A sociedade divide-se em classes opostas, com interesses diferentes: uns querem apropriar-se do fruto do trabalho dos outros, enquanto estes últimos recusam. As relações humanas que até aquele momento eram de cooperação tornam-se relações de luta entre exploradores e explorados.

É claro que todo este processo levou centenas de milhares de anos, não foi do dia para a noite que surgiram interesses opostos, classes antagónicas. Mas o fundamental é o processo.

Desde que na sociedade apareceram interesses diferentes e antagónicos, a questão do "Poder", o problema de saber quem deve decidir, que critérios usar para decidir e em favor de quem, tornou-se uma questão fundamental no seio da sociedade.

Um grupo determinado só poderá impor os seus interesses e fazer triunfar os seus objectivos, se possuir o controle da sociedade, por outras palavras se dirigir essa sociedade.

Dirigir a sociedade significa organizar a sociedade para servir os interesses do grupo dirigente, impôr a vontade deste grupo a todos os outros grupos, quer estejam de acordo ou não. Com o correr do tempo o grupo dirigente leva os outros grupos a considerarem a sua dominação como a melhor, a mais justa e a mais sábia, a que corresponde aos interesses de todos.

Isto é assim até ao momento em que as novas forças no seio da sociedade tomam consciência dos seus interesses prejudicados pelo grupo dirigente, unem-se, lutam, derrubam o poder anterior e instalam o seu novo poder, reorganizando a sociedade para satisfazer os seus apetites.

Até a uma época recente da História da Humanidade, foram as diversas classes exploradoras — senhores de escravos, feudais, burgueses — quem sucessivamente dominou a sociedade e a organizou política, económica, ideológica, cultural, administrativa e juridicamente em seu favor.

Assim foi porque as largas massas exploradas nem tinham a suficiente consciência de classe que as unisse, nem possuíam a ideologia capaz de lhes dar a visão do conjunto dos seus interesses e capaz de lhes fornecer a estratégia e táctica de luta adequadas para a conquista e exercício do poder. Historicamente, a primeira vez que as largas massas exploradas, após várias tentativas fracassadas, conquistaram e exerceram o Poder, foi em 1870 em Paris. A Comuna de Paris foi esmagada no fim de alguns meses pela coligação entre os reaccionários franceses e os reaccionários alemães, e 30 000 trabalhadores foram massacrados.

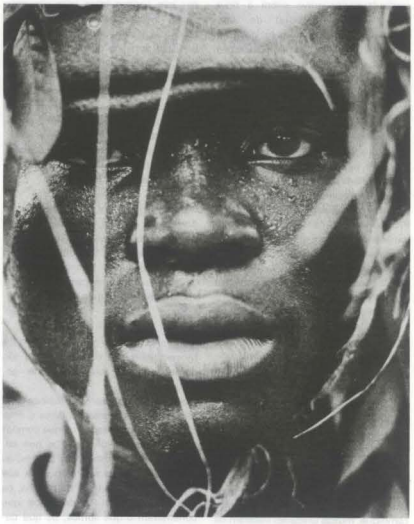
Em 1917 finalmente sob a direcção de Lenin, as massas exploradas conquistaram o Poder na Rússia Czarista e construíram a União Soviética, o primeiro Estado no mundo com o Povo no Poder. A partir da vitória das forças democráticas na guerra antifascista, o Poder Popular estendeu-se a novos países como a China, a República Democrática da Coreia, e a República Democrática do Vietnam na Ásia. Na Europa o Poder Popular foi erigido em numerosos países tais como a República Socialista da Roménia, a República Democrática Alemã, a República Socialista da Bulgária, etc. ...

Na América Latina, com a vitória das forças populares em Cuba em 1959 instalou-se o primeiro Estado Popular no continente americano.

A instalação do Poder Popular tornou-se uma realidade para perto de 1/3 da Humanidade. As zonas em que as massas trabalhadoras conquistaram o Poder, são conhecidas como "campo socialista" constituído hoje por 14 países.

No nosso país, senhores de escravos, feudais, reis, imperadores, dominaram a sociedade até à conquista colonial. A burguesia colonialista instalou-se então no poder e impôs a sua vontade a todas as camadas do país até ao momento em que a nossa luta começou a derrubá-la.

(Cont. na pág. 13)



(Cont. da pág. 12)

A dominação sucessiva das diversas minorias exploradoras — a ditadura sobre as massas - é exercida sempre duma maneira mais ou menos camuflada a fim que as massas não compreendam a sua verdadeira situação e não se apercebam que estão sujeitas à opressão.

No nosso país antes da conquista colonial, os régulos e Chefes tribais que exerciam o poder afirmavam que o seu poder representava a vontade dos antepassados.

Por exemplo, em certos reinos, o Povo não podia ver a cara do rei, noutros casos era proibido falar ao rei, só se podia ouvir a sua voz.

Ainda nos nossos dias em algumas regiões em que o poder dos régulos permaneceu relativamente intacto, é habitual encontrarmos situações deste gênero que camuflam, com os mitos e a superstição, a realidade cruel da opressão dos senhores feudais.

Os colonialistas, para melhor camuflarem a sua dominação e impedirem as massas de compreenderem e se revoltarem contra a sua situação miserável, estimularam a superstição. Assim difundiram numerosas religiões no nosso seio que, dividindo as massas, enfraqueciam-nas. Ao mesmo tempo as religiões todas elas pregavam ao Povo a resignação.

(...)

ORGANIZAR A VIDA DEMOCRÁTICA

O exercício do Poder, a sua forma e os seus métodos, devem corresponder ao seu conteúdo.

Mas acontece muitas vezes que o conteúdo novo seja ainda guardado nas garrafas velhas, isto é, exprime-se pela forma antiga.

O nosso Estatuto ao definir os métodos de trabalho na FRELIMO — capítulo VII, alínea a) e seguintes — expressamente estabelece-se uma série de pontos que podem ser resumidos nas fórmulas seguintes: livre discussão, submissão da minoria à maioria, responsabilidade colectiva, crítica e autocrítica do trabalho e do comportamento.

O nosso Estatuto, o conteúdo da nossa acção, exigem uma democracia real, uma verdadeira liberdade de expressão de opinião, uma discussão profunda àcerca das decisões que tomamos.

Por isso na nossa vida damos tanta importância às reuniões com as massas e com os combatentes. São as reuniões que permitem auscultar o verdadeiro sentimento e consciência da base, detectar as contradições, explicar e fazer assumir a linha e as orientações concretas para cada situação específica.

As nossas decisões devem sempre ser democráticas no conteúdo e na forma. No conteúdo quer dizer que elas correspondem aos interesses reais das largas massas. Na forma significa que as largas massas devem participar na elaboração da decisão, sentí-la como delas e não imposta de cima para baixo.

É evidente que há situações concretas, de emergência, em que o responsável tem que assumir a tarefa de decidir só sem consultar ninguém. Numa emboscada o comandante não vai reunir os combatentes para que estes votem o momento em que se abre o fogo, se dá o assalto ou ordem de recuo.

Mas em contrapartida, quanto mais e melhor antes da batalha o responsável discutiu com os combatentes, lhes fez assumir o sentido e objectivo da batalha em que se engajam, as dificuldades e a táctica a seguir, tanto mais estes estarão disciplinados na linha do fogo, mais prontos estarão para o sacrifício, porque a vitória depende dum bom combate que resulta do comando que libertou a iniciativa da base.

Pode acontecer por vezes que no curso da discussão um companheiro ou se exprima mal, ou mesmo exponha uma ideia errada. A nossa tendência pode ser então a de o mandar calar, na base da nossa autoridade. O resultado é negativo: primeiro porque esse orador sentir-se-á incompreendido e persistirá na sua ideia errada indo até murmurar fora da reunião. Segundo, e mais importante ainda, para se combater uma ideia errada é necessário que todos, ou a larga maioria, compreendam como e porque a ideia é errada.

A democracia no seio do Partido é uma condição indispensável para que todos e cada um se sintam engajados e responsáveis da situação, pois que a criação e desenvolvimento da situação sempre foram associados.

É certo que nas estruturas temos escalões diferentes. Na prática o tipo e natureza de cada discussão variam em função do escalão em que a discussão se estabelece, o que é normal. Mas o princípio de discutir e elaborar a decisão em conjunto deve sempre ser mantido.

A decisão burocrática, isto é a decisão tomada pura e simplesmente pelo chefe ou direcção sem que haja um debate e explicação com as massas, embora possa ter um conteúdo excelente — o que é difícil — não mobiliza as massas, que em última análise são quem a deve assumir, pôr em aplicação e defender. A decisão burocrática arrisca-se, embora tendo um bom conteúdo, a não corresponder ao nível de compreensão das massas, por outras palavras, ser irrealista e criar uma contradição que teria sido evitada se uma discussão tivesse tido lugar.

A discussão democrática exige uma preparação rigorosa. Antes da discussão devemos proceder a uma investigação cuidadosa do assunto ou assuntos a debater, detectar o sentido geral da questão, estarmos claros sobre a linha do partido na matéria.

Assim preparados estamos em condições de orientar a discussão e formular as orientações correctas, as palavras de ordem exactas.

Devemos sempre considerar que, se uma orientação em si é correcta, muitas vezes se tentamos impô-la pode ser negativa por não corresponder à compreensão das massas. Em particular, as orientações que contrariam as tradições devem ser introduzidas progressivamente, depois de uma mobilização profunda que toque em especial o sector ou sectores que são mais vítimas dessa tradição.

Ao orientarmos uma discussão devemos utilizar a táctica de unir os sectores conscientes, isolar as forças recalcitrantes, ganhar ao ponto de vista justo a maioria hesitante.

Por isso nas discussões não podemos ser abstractos, temos que tocar os pontos concretos, raspar as crostas para que sangrem as feridas e assim todos sintam realmente a necessidade da resolução do problema.

Preparar pois a discussão como quem prepara um combate: fazer um reconhecimento estratégico e táctico dos pontos a discutir, conhecer os pontos fracos e fortes nossos e daquilo que queremos combater, organizar e dispor correctamente as nossas ideias, conhecermos como avançar e como recuar se necessário.

Para levarmos a cabo a ofensiva de democratização dos nossos métodos de trabalho, devemos dar uma importância à democracia política, económica e militar no nosso seio.

Ao trabalharmos devemos sempre ter em mente que o Poder pertence ao Povo e somos todos igualmente oprimidos e humilhados, vendidos e explorados, massacrados, que somos irmãos da mesma classe com uma mesma missão: servir o Povo. É esta a base da nossa unidade, o ponto de partida da nossa democracia.

A democracia política é fundada na discussão colectiva, na resolução colectiva dos nossos problemas. Todos e cada um são chamados a exprimirem os seus pontos de vista sobre como melhor servir o Povo em cada situação concreta. Todos e cada um são responsáveis pela vida da Organização pelo desenvolvimento e consolidação da luta e Revolução. Todos e cada um têm o dever de desenvolver criadoramente a nossa linha, sintetizando as nossas experiências ricas, adquiridas no combate político e armado contra o inimigo, na transformação da sociedade, na mobilização das leis da natureza a favor do progresso colectivo. Os erros cometidos, individuais ou colectivos, as violações da nossa linha e da nossa disciplina devem servir-nos para nos educar. As lições tiradas dos erros devem ser discutidas pelas massas para que elas adquiram a nova experiência. As violações da linha e as agressões contra a nossa disciplina devem ser objecto de discussão e crítica pública das massas. Fazendo assim, por um lado utilizamos os erros para aprofundar a nossa consciência política, e por outro lado entregamos às massas a defesa da linha e da disciplina, que é a sua propriedade.

A tendência de certos camaradas de esconder perante as massas os erros cometidos especialmente por responsáveis, reflete falta de democracia política e falta de confiança nas massas.

O poder pertence ao Povo trabalhador. A linha política exprime os interesses das massas laboriosas e a disciplina é a sentinela que defende a linha. Assim é evidente que a defesa da linha e da disciplina compete primeiramente às massas populares, essa defesa é a defesa da sua vida.

Confiar às massas a tarefa de criticar os erros, os desvios e agressões contra a linha e a disciplina é afirmar também que os erros, os desvios e agressões, os crimes, são antes de tudo actos políticos que reflectem ou insuficiências na compreensão da linha ou oposição à linha. Neste quadro a denúncia e crítica públicas constituem lições políticas que nos educam e educam também aquele que violou a linha.

É por esta razão que nos opomos de maneira geral aos julgamentos secretos ou à preocupação imediata com a elaboração de códigos penais e disciplinares. O julgamento secreto quando introduzido como sistema impede as massas de exercerem o seu Poder e abre o caminho para abusos eventuais. Os códigos por seu lado tendem a congelar a evolução dinâmica e o processo de transformação constante em que nos engajamos, podem por isso facilmente despolitizar e burocratizar a justiça.

A democracia militar é assegurada pela participação de todos na sintetização das nossas experiências de combate, no estudo colectivo do conjunto do nosso país e do inimigo, nas lições tiradas em comum sobre cada acção, na discussão constante sobre os métodos para estendermos a luta armada a novas zonas e consolidar a nossa rectaguarda.

A democracia económica insere-se directamente no nosso combate pela liquidação do sistema de exploração do homem.

Asseguramos a democracia económica abolindo primeiramente o poder das companhias e das classes exploradoras coloniais-capitalistas tradicionais-feudais. Impedindo que estas classes explorem os trabalhadores, criamos as bases da democracia económica.

O nosso trabalho de mobilização e organização das massas na transformação da produção individual ou familiar em produção colectiva consolida o processo da democracia económica. Com efeito, agindo assim impedimos que a produção individual ou familiar degenere em propriedade exploradora originando classes de novos exploradores. Simultaneamente tornamos concreto o princípio justo de que todas as riquezas do nosso país, e o nosso esforço pertencem à colectividade, servem a colectividade e destinam-se a desenvolver e melhorar as condições de vida e o bem-estar do Povo.

Neste quadro o trabalho, a participação na produção não só é um dever como também um direito de todos e cada um.

Para a Revolução não há desempregados, inúteis ou inválidos, talentos que não possam ser utilizados. Todos têm o dever e o direito de participarem na luta colectiva pela transformação da sociedade e pela utilização dos recursos da natureza em proveito da colectividade. A participação na produção une-nos à nossa classe, e a recusa de participação na produção exprime uma oposição à nossa linha e um apoio aos exploradores.

A discussão colectiva sobre os métodos de aumentar, diversificar e melhorar a nossa produção, a síntese constante e colectiva das nossas experiências positivas e negativas, a decisão tomada em comum sobre o método de repartição dos frutos da produção tendo em conta as necessidades quer da guerra, quer da elevação do nível de vida das largas massas, garantem desenvolvimento da democracia económica.

(...)

A ALIANÇA DO POVO PORTUGUÊS E DOS POVOS DOS NOVOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

O povo português e os povos das colónias são aliados naturais, cujas relações se desenvolveram, duma forma nova, a partir da solidariedade que se estabeleceu na luta comum contra o regime colonial-fascista — as novas relações têm raízes profundas e sólidas, consolidadas desde o 25 de Abril pelas provas dadas no decurso do processo de descolonização, de cooperação e respeito pela independência nacional.

Os jovens que se engajaram na acção destinada a pôr termo a 48 anos de ditadura ininterrupta em Portugal agiram no sentido das aspirações do povo português à realização dos seus direitos legítimos à democracia, liberdade e independência real, são os mesmos jovens que levados a bater-se contra o nosso povo compreenderam nas colónias a injustiça da guerra em que estavam envolvidos e a natureza do regime que os levava a dar a sua vida pela defesa de interesses que eram contrários aos interesses do seu povo.

DEFINIÇÃO DO INIMIGO

Para o povo moçambicano, sob a direcção da FRELIMO, a definição correcta do inimigo sempre constituiu um princípio essencial: O inimigo do povo moçambicano não é o povo português, ele próprio vítima do fascismo, mas o sistema colonial português. E o próprio exército português foi levado a compreender que não defendia os interesses do seu povo na guerra colonial ao sentir a desafeição crescente da opinião portuguesa em relação à guerra que trava nas colónias. Se a nossa luta representou uma contribuição à luta do povo português contra o fascismo e para a conquista do seu direito à democracia a FRELIMO não pode senão felicitar-se de para isso haver contribuído.

A INDEPENDÊNCIA

Do mesmo modo que o povo português tem direito à independência e à democracia não poderá negar ao povo moçambicano os mesmos direitos. É por esses direitos elementares, mas essenciais, que nos batemos. Os objectivos da FRELIMO são bem claros: a independência total e completa do povo moçambicano, a liquidação do colonialismo português. O povo moçambicano constitui uma entidade distinta do povo português, possui a sua própria personalidade política, cultural e social que só pode ser realizada pela independência de Moçambique. Não nos batemos para sermos portugueses de pele preta. Batemo-nos para nos afirmarmos enquanto moçambicanos, sem que tal signifique contudo desprezo pelo povo português ou qualquer outro povo.

A FRELIMO reafirma a este propósito o princípio de cooperar plenamente numa base de independência, igualdade, respeito e interesse mútuo com todos os povos do mundo.

O RACISMO

A FRELIMO reafirma ainda claramente que a definição de moçambicano não corresponde a uma cor de pele ou origem racial, étnica, religiosa ou outra: são membros da FRELIMO todos os moçambicanos que aderem ao seu programa de luta contra o colonialismo português pela independência de Moçambique. A FRELIMO não é uma organização racial, não faz uma luta racial.

(Extractos da *Declaração do C. E. da FRELIMO sobre os acontecimentos do 25 de Abril*).

A ECONOMIA DE MOÇAMBIQUE

A situação da economia de Moçambique nas vésperas da independência não é substancialmente diferente da de qualquer país colonizado ou neocolonizado do chamado "Terceiro-Mundo".

As suas dependências são múltiplas, pois o seu desenvolvimento foi subordinado à lógica do mercado capitalista, tanto internamente como quanto ao destino dos seus produtos para o mercado internacional. A essa lógica foram submetidas as populações autóctones arrancadas, muitas vezes à força, ao seu *habitat* natural destruindo-lhes a sua economia local para que o modo de produção capitalista se implantasse sem grande resistência, no que diz respeito ao mercado de trabalho e ao aparecimento de novos tipos de consumo. Os principais agentes desta exploração, que apenas tinha em mira a abundância de recursos e não a satisfação das necessidades sociais, foram no princípio grandes sociedades coloniais dotadas de amplos poderes locais para a mobilização dos recursos e a destruição das relações de produção existentes da respectiva área, e, posteriormente, as grandes empresas internacionais com interesses em diferentes pontos do globo.

DA CONFERÊNCIA DE BERLIM...

Pode dizer-se que a exploração sistemática e intensiva de África começa após a Conferência de Berlim de 1885, que dividiu o território pelas potências imperialistas sob condição de uma ocupação efectiva do mesmo.

Em Moçambique, militarmente, a ocupação foi dirigida por António Enes E Mouzinho de Albuquerque, não sem subjugação pela força de alguns povos mais renitentes ao novo ocupante, como foi o caso dos Macondes. Após essa ocupação iniciou-se o lançamento de estruturas jurídico-políticas que assentavam numa autonomia relativa da colónia, e ideológicas com o objectivo da submissão e servilismo dos africanos. Ao mesmo tempo processa-se a ocupação económica através de concessões a três grandes companhias, principais suportes neste período, da exploração colonial:

Companhia de Niassa — Criada em 1894 com capitais franceses e ingleses com uma área de 250 mil km2 no Norte de Moçambique para a exploração da hulha, ferro, ouro e a cultura do algodão.

Companhia da Zambézia — Criada em 1879 ocupou uma área de 155 mil km2, abrangendo os distritos de Quelimane e Tete. O seu capital era português mas técnica e financeiramente assistida por várias subconcessionárias estrangeiras. Dedicou-se à exploração mineira na zona de Tete, mas a inexistência de quaisquer infraestruturas em zona tão distante da costa, levaram-na a uma reestruturação em 1892, após a qual começou a explorar as salinas existentes na área.

Companhia de Moçambique — Criada em 1888 abrangia uma área de 60 mil km2 desde o rio Zambeze até Save. O seu capital era inglês e francês e a sua principal actividade a exploração mineira e posteriormente a agrícola. Competia-lhe também a instalação de linhas telegráficas e férreas.

Dependentes destas companhias existiam várias outras suas subsidiárias: Companhia do Buzi (cana do açúcar); Companhia do Açúcar de Moçambique; Companhia do Boror (agrícola); Companhia Açucareira da Africa Oriental, e outras.

Os africanos apenas podiam cultivar a terra (com proibição da sua venda ou da exploração mineira), de uma forma permanente e não itinerante, sob pena de reverter a favor das companhias. Em 1889 foi instituído o trabalho obrigatório em substituição da escravatura, condição básica para a sobrevivência das companhias e na base de que, quem não trabalhasse pelo menos uma parte do ano — seis meses — era recrutado pelas autoridades para a realização de qualquer trabalho, não sendo considerada a agricultura de subsistência.

A população era discriminada em nativos e portugueses incluindo-se nestes últimos os africanos "civilizados".

A República em nada alterou esta situação, excepto no que respeita ao reforço da descentralização administrativa e uma maior autonomia e poder do governo da colónia, que culminou em 1920 com maior autonomia financeira através da eliminação do controle exercido pelo Tesouro da metrópole sobre os balanços das colónias. A esta maior autonomia não são estranhas as dificuldades internas com que se debatia a burguesia portuguesa incapaz de passar a um estádio de capitalismo mais avançado e a braços com um proletariado que, embora pouco numeroso, e bastante disperso, era muito combativo. A situação nas colónias não era a sua principal preocupação mas sim uma saída para a crise em que se encontrava e que levou a uma aliança entre todas as suas fracções para, repressivamente, reorganizar o poder do capital.

... À DITADURA COLONIAL-FASCISTA DE SALAZAR

A instauração da ditadura remodelará a política colonial centralizando todo o poder político e financeiro na Metrópole (Acto Colonial, Carta Orgânica Imperial, etc.) e estabelecendo novo regime jurídico para a população africana (Código do Trabalho Indígena, Estatuto dos Indígenas, etc.). O africano não podia segundo esta legislação possuir terras, abater gado, vender colheitas, sem autorização oficial, assim como eram controladas as deslocações através de uma "caderneta indígena" passada a quem trabalhasse durante certo período de tempo. A sua instrução era efectuada nas escolas missionárias. Só poderia adquirir o estatuto de "assimilado" desde que soubesse ler, escrever e falar português, fosse católico, tivesse possibilidade de manter a família e abandonasse os costumes africanos. E assim que em 1950 existem apenas 50 mil assimilados, isto é, a população africana é considerada inferior e sem possibilidade prática de adquirir alguns direitos. Os objectivos de tal Estatuto nunca foram o combate ao analfabetismo, mas a formação ideológica de um conjunto de elementos da população que servissem de intermediários entre o colonialista e os africanos para melhor os submeter.

INSTAURA-SE O REGIME DE PLANTAÇÃO...

Do ponto de vista econômico, é incentivada a exploração das matérias-primas vegetais, formam-se novas sociedades anónimas resultantes da dissolução das três grandes anteriores cujas concessões terminavam entretanto. Em todo o Norte e Centro da Colónia instaura-se definitivamente o regime de plantação que implica para os africanos o sistema de cultura obrigatória de alguns produtos como o algodão, obrigados depois a vendê-lo a concessionários privados que detêm o monopólio da respectiva compra. (Em 1960 apenas 1% da produção de algodão provinha de propriedades de europeus).

Os principais produtos das plantações e com destino à exportação são o sisal a cana do açúcar, o chá, as oleaginosas como a castanha de caju e a copra, enquanto o algodão era cultivado pelos africanos. Esta cultura foi incentivada no pós-guerra devido ao desenvolvimento da indústria têxtil em Portugal pela qual era comprada a preços inferiores aos do mercado internacional. Depois de manufacturada sob a forma de tecido tornava-se uma das principais importações provenientes de Portugal.

A economia do Sul de Moçambique interliga-se bastante mais com a da Africa do Sul, como consequência do trânsito de mercadorias no porto de Lourenço Marques e do recrutamento de africanos para as minas do Transvaal.

... EXPORTA-SE TRABALHO FORÇADO E IMPORTAM-SE ALGUNS EUROPEUS

Embora já existissem acordos para o recrutamento de mão-de-obra africana para as minas de ouro e diamantes da Africa do Sul é já neste período que pela Convenção de 1928, várias vezes renovada, esse recrutamento definitivamente se estabelece. Assim o número máximo de trabalhadores que podiam deslocar-se para as minas era de 100 mil, por um período máximo de 18 meses, após o qual seriam repatriados automaticamente. O governo fascista recebia 150$00 por recruta e a metade do seu salário que só lhe era pago no regresso, mas que o governo recebia em ouro. Em troca e ainda como compensação de tão importante "dádiva", acordava-se que, pelo porto de Lourenço Marques passaria 50% de todo o tráfego comercial de e para o Transvaal. Não havia qualquer dificuldade no recrutamento pois o salário mínimo pago era sempre superior ao do trabalho contratado para as plantações, pelo que se estabelecia um importante fluxo migratório.

Quanto à imigração para a colónia por parte de europeus, foi sempre muito reduzida, não só devido aos entraves que lhe eram postos, mas porque era um tipo de investimento caro na medida em que lhes tinham de conceder todo o apoio necessário para poder iniciar a sua vida e adaptar-se a um meio radicalmente diferente, além de que muitos deles eram analfabetos. Por outro lado a exploração de matérias-primas vegetais, cultivadas em grandes plantações, ou apenas por africanos como o algodão, tornava desnecessária essa imigração. A população europeia era mais importante para o enquadramento político-administrativo e ideológico. Isto justifica que em 1950 para uma população de 5739 milhares existissem 48 214 europeus e em 1960 respectivamente 6604 milhares e 97 245.

...E IMPLANTAM-SE ALGUMAS INDÚSTRIAS COM A "AJUDA" DO CAPITAL ESTRANGEIRO

As principais indústrias relacionam-se com o tratamento dos produtos agrícolas nomeadamente a moagem de cerais e farinhas, a extracção incompleta do açúcar, a preparação dos têxteis, industrias estas que têm um desenvolvimento acentuado a partir de 1950. Também as indústrias extractivas têm a um notável incremento a partir desse ano no que respeita ao carvão, berilio e exploração de pedreiras, embora o carvão devido à falta de infra-estruturas não possa concorrer com o carvão sul-africano. Instalam-se no pós-guerra algumas industrias com capital nacional como é o caso da Companhia dos Cimentos de Moçambique (do grupo Champalimaud), a Lusalite de Moçambique, a Companhia Nacional Algodoeira que constituiu para a industrialização da semente de algodão uma empresa denominada Moçambique Industrial, a Sociedade Algodoeira do Fomento Colonial que instalou uma moderna fábrica de têxteis, etc. Como consequência da acumulação de capital durante a guerra e a subida de preços das matérias-primas a burguesia portuguesa pode preocupar-se com o alargamento da indústria às colónias, embora como prolongamento das suas congéneres metropolitanas. Desenvolve-se ainda a exploração da energia eléctrica, com o aproveitamento das bacias dos rios Revué, Limpopo e Buzi em que parte da energia do bloco do Revué é exportada para a região de Umtali na Rodésia.

Constroem-se também centrais termoeléctricas em Lourenço Marques que consomem sobretudo carvão sul-africano. Nos últimos anos dá-se início à construção da barragem de Cabora Bassa.

A política fascista a princípio pôs alguns entraves à entrada do capital estrangeiro, com várias exigências entre as quais a de um capital nacional mínimo de 51% mas que foram rapidamente levantadas sem terem tido um efeito significativo. O capital estrangeiro foi sempre um elemento preponderante na economia da colónia através de numerosas empresas de que é exemplo elucidativo a Sena Sugar Estates a mais importante açucareira, com capitais ingleses. Esta presença de capital estrangeiro era aliás inevitável, devido ao já assinalado fraco desenvolvimento das forças produtivas e consequente escassez de capital para grandes empreendimentos. Por isso já depois do início da guerra o capital estrangeiro associado ao nacional tem posições maioritárias, em muitos empreendimentos como é o caso de Cabora Bassa. Dessa maneira mais facilmente se comprometia a burguesia colonial na defesa da África Austral construindo uma barreira à expansão da ideologia emancipadora dos movimentos de libertação. Cabora Bassa é o exemplo máximo. Os milhões de contos investidos levam a política colonial à defesa a qualquer preço de um empreendimento cujos benefícios revertem em grande parte a favor do regime racista da Africa do Sul.

CARACTERÍSTICAS DO COMÉRCIO EXTERNO

O comércio é realizado com um reduzido número de países, agravado pelo facto de os seus principais produtos de exportação serem também muito poucos o que conduz a uma dupla dependência. Observe-se pois o quadro seguinte:

QUADRO I
(Milhares de contos)

Países	Importações 1970		Importações 1973		Exportações 1970		Exportações 1973	
Total	7.363	100 %	11.415	100 %	4.497	100 %	5.541	100 %
Portugal	2.589	27,4 %	3.196	19,2 %	1.724	36,3 %	1.974	35,6 %
CEE	1.933	17,4 %	3.081	27,8 %	386	8,8 %	634	11,8 %
Reino Unido	780	8,1 %	892	7,5 %	221	4,8 %	319	5,8 %
Africa do Sul	1.429	15,4 %	2.315	20,4 %	465	10,4 %	518	9,4 %
EUA	911	9,7 %	556	4,9 %	417	9,3 %	793	13,6 %
Japão	561	6,0 %	602	5,7 %				

Boletim Mensal de Estatística

Enquanto as importações provenientes de Portugal diminuem tanto em valores relativos como absolutos duma forma bastante acentuada, o contrário acontece com a CEE e a Africa do Sul o que se relaciona com o facto de que as importações de qualquer país explorado são em grande parte de produtos industriais dos países desenvolvidos às quais Portugal tinha cada vez menos possibilidade de responder. Mas deve-se também às dificuldades de pagamentos que originaram o problema dos "atrasados" levando algumas empresas a desviarem as suas atenções para outros mercados, assim como à implantação de algumas indústrias para substituição de importações. Quanto às exportações sofreram também no período considerado uma ligeira diminuição relativa o que apesar de tudo significa que Portugal continua a ser mercado estável para a exportação de matérias-primas vegetais. O acréscimo mais importante das exportações foi para os EUA.

Em 1970 as exportações cobriam 61,0% das importações mas em 1973 essa percentagem desce para 48,5% agravando a situação de dependência já existente, pois enquanto no citado período as importações cresceram 64%, as exportações ficaram pelos 8%.

Os países industrializados fazem normalmente incluir nos preços dos produtos exportados os aumentos sofridos, enquanto os países explorados assistem, com algumas excepções, à flutuações e quedas bruscas dos preços internacionais das suas matérias-primas.

Observem-se agora os quadros seguintes:

QUADRO II
Exportação de alguns produtos
(Milhares de contos)

	1970		1973	
Total	4513	100 %	5541	100 %
Algodão em rama	657	14,2 %	1117	20,2 %
Portugal	639	13,8 %	877	15,8 %
Amêndoa de castanha de caju	660	14,3 %	1020	18,4 %
EUA	433	9,4 %	654	11,8 %
Açúcar	687	14,9 %	558	10,0 %
Portugal			508	9,2 %
Chá	376	8,0 %	232	4,2 %
Reino Unido	138	3,0 %	125	2,2 %
Castanha de caju	333	7,2 %	207	3,7 %
Índia			166	3,0 %

Boletim Mensal de Estatística

QUADRO III
Importação de alguns produtos
(Milhares de contos)

	1970		1973	
Total	9035	100 %	11 415	100 %
Trigo	174	1,8 %	336	2,9 %
Africa do Sul			300	2,6 %
Petróleo bruto	919	9,8 %	470	6,1 %
Medicamentos	193	2,0 %	294	2,8 %
Portugal	70		108	0,9 %
Viaturas comerc.	121	1,3 %	103	0,9 %
Portugal	127		103	
Tecidos de fibras sintetis	187	1,7 %	185	1,6 %
Portugal	97	1,0 %	61	0,5 %
Tecidos de algodão	322	3,3 %	269	2,6 %
Portugal	294	3,1 %	219	1,9 %
Vestuário e calçado	261	2,8 %	159	1,4 %
Portugal	195	1,7 %	74	0,6 %
Automóveis para pessoas e mercadorias	514	5,3 %	624	5,5 %
Reino Unido	127	1,3 %	118	1,0 %
Japão	79	0,8 %	115	1,0 %
Tractores	177	1,8 %	176	1,5 %
Reino Unido	95		93	
Ramas, perfis e chapas de ferro e aço	312	3,3 %	381	3,3 %
Africa do Sul	94		299	2,6 %

Boletim Mensal de Estatística

As exportações daqueles cinco produtos de origem vegetal cobrem 57% do total em ambos os anos considerados, acentuando-se todavia um maior peso para o algodão e a amêndoa de castanha de caju que correspondia nos mesmos dois anos a 28,5% e a 38,6% respectivamente, agravando-se a dependência da balança comercial em relação a estes dois produtos que inclusive estão sujeitos a flutuações de preços no mercado internacional.

Os países de destino destes produtos recebem uma percentagem muito elevada do seu total o que agrava a dependência. O açúcar e o algodão são quase exclusivamente exportados para Portugal o que mostra a necessidade de uma mudança radical no comércio

(Cont. na pág. 2)